



UNIVERSIDADE  
ESTADUAL DE LONDRINA

---

PATRÍCIA LISBOA DE AGUIAR

**JUTA E MALVA: REFLEXÕES SOCIOECONÔMICAS ENTRE A  
IMIGRAÇÃO JAPONESA NO BRASIL E O MUNICÍPIO DE  
PARINTINS, AMAZONAS**

---

Londrina  
2023

PATRÍCIA LISBOA DE AGUIAR

**JUTA E MALVA: REFLEXÕES SOCIOECONÔMICAS ENTRE A  
IMIGRAÇÃO JAPONESA NO BRASIL E O MUNICÍPIO DE  
PARINTINS, AMAZONAS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia Regional da Universidade Estadual de Londrina-UEÇ, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Eduardo Caldarelli

Londrina  
2023

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UEL

DE AGUIAR, PATRÍCIA LISBOA.

JUTA E MALVA: REFLEXÕES SOCIOECONÔMICAS ENTRE A IMIGRAÇÃO JAPONESA NO BRASIL E O MUNICÍPIO DE PARINTINS, AMAZONAS. / PATRÍCIA LISBOA DE AGUIAR. - Londrina, 2023.

64 f. : il.

Orientador: CARLOS EDUARDO CALDARELLI. Dissertação (Mestrado em Economia Regional) - Universidade Estadual de Londrina, Centro de Estudos Sociais Aplicados, Programa de Pós-Graduação em Economia Regional, 2023.

Inclui bibliografia.

1. Fibra de juta; fibra de malva; imigração japonesa. - Tese. I. CALDARELLI, CARLOS EDUARDO. II. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Estudos Sociais Aplicados. Programa de Pós-Graduação em Economia Regional. III. Título.

CDU 33

PATRÍCIA LISBOA DE AGUIAR

**JUTA E MALVA: REFLEXÕES SOCIOECONÔMICAS ENTRE A  
IMIGRAÇÃO JAPONESA NO BRASIL E O MUNICÍPIO DE  
PARINTINS, AMAZONAS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia Regional da Universidade Estadual de Londrina-UEÇ, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Eduardo Caldarelli

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. Carlos Eduardo Caldarelli  
Universidade Estadual de Londrina-UEL

---

Prof.<sup>a</sup>. Dra. Carina D. Natakatani Macedo  
Universidade Estadual de Londrina-UEL

---

Prof. Dr. Salomão Franco Neves  
Universidade Federal do Amazonas-UFAM

Londrina, 18 de dezembro de 2023

## DEDICATÓRIA

Dedico esta pesquisa ao meu pai, João Aguiar (*in memoriam*), e a minha mãe, Vera Aguiar, por todo incentivo e amor incondicional dedicados a mim. Às minhas amadas irmãs, Ekeline e Lorraine, pelo amor, estímulo e dedicação. Aos meus sobrinhos, João Guilherme, Murilo e Ayla, meus bens mais valiosos. Dedico a eles essa preciosa vitória, a qual Deus tem me permitido.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por seu amor a minha vida, por permitir que eu cursasse o tão sonhado mestrado e não ter rejeitado a minha oração, nem ter desviado de mim sua misericórdia. Pela força de me manter firme nos momentos mais difíceis da minha trajetória acadêmica. A Ele atribuo todo louvor, honra e glória.

Minha imensa gratidão às pessoas que me tornaram o que sou hoje. O resultado disso tudo só existiu porque o amor incondicional e a dedicação a mim não me deixaram desistir. Ao meu pai João Aguiar (in memoriam), à minha Mãe Vera Aguiar, às minhas gotinhas de amor João Guilherme, Murilo e Ayla (sobrinhos), às minhas irmãs Ekeline e Lorraine e aos meus irmãos Rafael e André (cunhados).

Ao meu orientador, Prof. Dr. Carlos Eduardo Caldarelli, por nunca ter desistido de mim. Por sua paciência e compreensão durante todo o período da construção desta dissertação.

À Universidade do Estado de Londrina (UEL) e ao Programa de Pós-Graduação em Economia Regional – PPER pela oportunidade de cursar o Mestrado.

Aos professores do programa por terem contribuído com minha formação e ampliado meu olhar aos novos saberes.

Aos meus colegas do mestrado por compartilharem as dificuldades e os avanços até o término dessa caminhada.

Ao senhor Mário Taketomi pelas conversas sobre imigração japonesa.

Ao Centro Educacional Novo Horizonte pelo e apoio com a internet durante as aulas remotas no período de pandemia, na pessoa da gestora prof<sup>a</sup> Saiomy Sakamoto.

A minha tia Jacinta pelo incentivo e suporte com a internet durante o processo de entrada ao mestrado.

As amigas Jeane Karol e Gygliane Santa pela parceria durante esse percurso.

Por fim, agradeço e reconheço que durante todo o percurso desta dissertação não realizei o trabalho sozinha. A presença direta e indireta de pessoas, embora não tenham sido mencionadas, foram sentidas. Obrigada a todos!

AGUIAR, Lisboa Patrícia de. **JUTA E MALVA: REFLEXÕES SOCIOECONÔMICAS ENTRE A IMIGRAÇÃO JAPONESA NO BRASIL E O MUNICÍPIO DE PARINTINS, AMAZONAS**. 2023. 64 f.. Dissertação de Mestrado em Economia Regional - Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2023.

## RESUMO

Esta dissertação tem como objetivo geral compreender, considerando a imigração japonesa, o processo de desenvolvimento socioeconômico em Parintins decorrente da produção de juta e malva. Para atender essa questão, tem-se os objetivos específicos: Verificar quais bases teóricas e metodológicas podem ser articuladas para a compreensão e abordagem das relações socioeconômicas entre a imigração japonesa no Brasil e o município de Parintins no Amazonas; descrever os efeitos causados no cotidiano das pessoas com a chegada dos japoneses e da introdução da juta na região ribeirinha; apresentar os impactos socioeconômicos no município de Parintins com a produção das fibras. A investigação é de cunho qualitativo que utiliza instrumentos de análise documental e bibliográfica e exploratória, pois essas vertentes teóricas metodológicas valorizam as estruturas da pesquisa. Suas análises compreendem a descrição dos dados, bem como a latência de documentos com base na imigração japonesa e determinados subsídios do Governo do Estado do Amazonas para as fibras amazônicas. Os resultados alcançados permitem abrir espaços de reflexões e diálogos de cunho científico, assim como conhecimentos multicultural e multidimensional para recuperar saberes econômicos e sociais, vividos e praticados, fortalecendo a identidade do lugar e oportunizando compreender as mudanças econômicas e sociais ocorridas dentro do laboratório natural da região do município de Parintins.

**Palavras-chave:** Fibra de juta; fibra de malva; imigração japonesa.

AGUIAR, Lisbon Patrícia de. **JUTE AND MALVA: SOCIOECONOMIC REFLECTIONS BETWEEN JAPANESE IMMIGRATION IN BRAZIL AND THE MUNICIPALITY OF PARINTINS, AMAZONAS**. 2023. 64 p.. Master's Dissertation in Regional Economics - State University of Londrina, Londrina, 2023.

### **ABSTRACT**

This dissertation has the general objective of understanding, considering Japanese immigration, the process of socioeconomic development in Parintins resulting from the production of jute and mallow. To address this issue, we have specific objectives: Verify which theoretical and methodological bases can be articulated to understand and approach socioeconomic relations between Japanese immigration in Brazil and the municipality of Parintins in Amazonas; describe the effects caused on people's daily lives with the arrival of the Japanese and the introduction of jute in the riverside region; present the socioeconomic impacts in the municipality of Parintins with the production of fibers. The investigation is of a qualitative nature that uses documentary, bibliographic and exploratory analysis instruments, as these theoretical and methodological aspects value the research structures. Its analyzes comprise the description of the data, as well as the latency of documents based on Japanese immigration and certain subsidies from the Government of the State of Amazonas for Amazonian fibers. The results achieved allow us to open spaces for reflections and dialogues of a scientific nature, as well as multicultural and multidimensional knowledge to recover economic and social knowledge, lived and practiced, strengthening the identity of the place and providing an opportunity to understand the economic and social changes occurring within the natural laboratory of the region of the municipality of Parintins.

**Keywords:** Jute fiber; mallow fiber; Japanese immigration.

## LISTA DE FIGURA

<b>Figura 1</b> – Hakko-kaikan.....	33
<b>Figura 2</b> – Boi Bumbá Caprichoso e Boi Bumbá Garantido.....	39
<b>Figura 3</b> – Brasão de Parintins.....	40
<b>Figura 4</b> - Vista aérea (leste para oeste) da cidade de Parintins.....	46
<b>Figura 5</b> – Produção de juta e malva na Amazônia (1935-2020) .....	52
<b>Figura 6:</b> Produção mundial de juta entre 2019/2020 (em 1.000 toneladas) .....	53
<b>Figura 7</b> – Importação brasileira de juta em peso.....	54
<b>Figura 8</b> - Localização da produção de fibras de juta e malva nos municípios do estado do Amazonas.	55

## LISTA DE QUADRO

<b>Quadro 1</b> – Os Três Grandes Projetos de Colonização Japonesa no Estado do Amazonas	26
<b>Quadro 2</b> – Koutakusseis em Parintins (1931-1939) .....	28

## LISTA DE TABELA

<b>Tabela 1</b> – Produção de Juta na Vila Amazônia.....	32
<b>Tabela 2</b> – Demonstração da receita dos gêneros exportados em 1917.....	47
<b>Tabela 3</b> – Demonstração dos generos exportados em 1918.....	48
<b>Tabela 4</b> – Demonstração dos generos exportados em 1920.....	49
<b>Tabela 5</b> – Demonstração dos generos exportados em 1921.....	50
<b>Tabela 6</b> – Mercado Interno: Demanda e Oferta de Juta e Malva – 2002/4, em Toneladas.....	52
<b>Tabela 7</b> – Quantidade aproximada da produção de Juta e Malva por ano em Parintins.....	56

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

<b>CONAB</b>	Companhia Nacional de abastecimento
<b>DOE</b>	Diário Oficial do Amazonas
<b>IBGE</b>	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
<b>FAO</b>	Food and Agricultural Organization of the United Nation
<b>IDAM</b>	Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas
<b>IPHAN</b>	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
<b>SEC</b>	Secretaria de Estado e Cultura do Amazonas

# SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>13</b>
<b>2. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA .....</b>	<b>16</b>
2.1 ASPECTOS CULTURAIS E SOCIOECONÔMICOS.....	20
2.2 IMIGRAÇÃO JAPONESA.....	24
2.2.1 Imigração Japonesa na Região de Parintins.....	29
2.2.2 Economia Verde como Ferramenta de Fator Econômico e Ambiental.....	34
2.3 COTIDIANO PARINTINENSE: KOUTAKUSEI E OS RIBEIRINHOS .....	37
2.3.1 Os RIBEIRINHOS E OS KOUTAKUSSEIS .....	41
2.3.2 Produção de Juta: Comunidades Rurais.....	42
<b>3 ARTESANATO METODOLÓGICO.....</b>	<b>44</b>
3.1 LOCAL DA PESQUISA.....	45
<b>4 RESULTADOS E DISCUSSÕES.....</b>	<b>47</b>
4.1 AS EXPORTAÇÕES DE PARINTINS NO INÍCIO DO SÉCULO XX.....	47
4.3 A PRODUÇÃO DE JUTA E MALVA.....	51
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>57</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>59</b>

## INTRODUÇÃO

A história da juta (*Corchorus olitorius* e *Corchorus capsularis*) e da malva (*Urena lobata* L.) na Amazônia é marcada com a história da imigração japonesa no Brasil. A passagem se dar no ano de 1929 com a visita do Sr Kotaro Tuji a Amazônia pela primeira vez, enviado por Tsukasa Uyetsuka, ex-deputado federal e conselheiro do Ministério das Finanças do Japão, que congregava interesses de alguns dos maiores capitalistas japoneses e manifestava interesse na colonização japonesa no Estado do Amazonas (HOMMA, 2007).

As semelhanças edafoclimáticas das várzeas amazônicas com as regiões dos rios Ganges e Brahmaputra na Índia, onde se cultivava a juta, levaram os japoneses a vislumbrarem a possibilidade de se introduzir essa cultura nas várzeas do Rio Amazonas, por isso essa ideia foi levada adiante (FERREIRA, 2016).

Em meados do século XX, o cultivo de fibras de juta e malva foi introduzido nesta região, operado pelas mãos dos imigrantes japoneses e dos ribeirinhos; moradores às margens dos rios do município de Parintins, no Estado do Amazonas (HOMMA, 2016). O cultivo não apenas se espalhou pelas vastas várzeas, solos alagadiços, do Rio Amazonas e de seus tributários de águas brancas, mas também forneceu suporte econômico à região durante décadas (HOMMA, 2007; BENCHIMOL, 2010).

A produção dessas fibras vegetais como fonte de desenvolvimento econômico e social para o Estado do Amazonas é um dos grandes produtos de importância econômica para todo o Estado. A Juta é uma planta herbácea (*Corchorus capsularis*) da família das Tiliáceas, originária da Índia e largamente cultivada para a obtenção de fibras têxteis com os quais se fabrica o tecido de mesmo nome. Nativa do meio Amazônico, a Malva pertence à família das Malváceas (*Urena lobata*), fibra resistente, possui grande aceitação no mercado de sacarias (HOMMA, 2007).

De acordo com o Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas – IDAM, em seus relatórios de 2022, o Estado do Amazonas representa 76,38% da produção brasileira de fibras vegetais de juta e malva, posicionando o Estado como o maior produtor nacional. Esta atividade gera ocupação econômica e renda para mais de 2,08 mil agricultores familiares e produtores rurais no Amazonas, sendo os municípios de Manacapuru, Codajás e Parintins os maiores produtores da safra 2019 – 2020.

O Incentivo à produção de Juta e Malva no Estado do Amazonas é previsto pela Lei no 2.611, de 04 de julho de 2000 e regulamentado pelo Decreto nº 44.503, de 02 de setembro de 2021, com a finalidade de normatizar a concessão de subvenção econômica da Juta e Malva.

Em 2020, estimulando a produção de Juta e Malva no Estado do Amazonas (DOE, 2023). O incentivo à produção dessas fibras vegetais é um dos grandes destaques da economia amazonense, basicamente voltada à confecção de artigos para sacaria, similares a materiais utilizados na fabricação de papel, vestuário, barbantes e tecidos para estofados e tapetes. Essas fibras são largamente aproveitadas na produção de embalagens para gêneros como açúcar, café, farinha, arroz, feijão e grãos em geral.

Nos dias de hoje, a inserção dessas fibras pelos imigrantes japoneses tornou-se uma herança deixada para o ribeirinho, morador a margem dos rios da Amazônia, pois ajuda sustentar sua família. As comunidades rurais que produzem juta no município de Parintins, são: Costa da Águia, Paraná do Arari, Mocambo do Arari, São José do Arquinho, Ilha do Bispo, Região do Cabury, Costa da Águia, Vila Bentes, Brasília, Catispera, Paraná do Espírito Santo, Itaboraí, Ilha do Macaiany, Paraná do Jacaré e Ilha do Valha-me-Deus. Essas comunidades estão se fortalecendo em cooperativas de agricultores a fim de engrandecer a produtividade da fibra no comércio nacional e a economia local dos ribeirinhos do município de Parintins.

Neste contexto, o presente trabalho abre possibilidades de compreendermos, considerando a imigração japonesa, o processo de desenvolvimento socioeconômico em Parintins decorrente da produção de juta e malva. Esse segmento trouxe uma nova era na agricultura brasileira, em pouco tempo o Brasil passou a ocupar o 7º lugar na produção de juta.

O país que importava por ano 40 mil toneladas de juta indiana para fazer sacos de café tornou-se autossuficiente produzindo fibras de juta na região de Parintins. Na década de 60, essa fibra asiática respondia por mais de 1/3 por toda riqueza produzida no Estado do Amazonas. Por aproximadamente 40 anos a juta protagonizou o maior êxito econômico na região amazônica (HOMMA, 2010)

Nessa perspectiva, o estudo procura abrir espaços para reflexões e diálogos de cunho científico, assim como oportunizar conhecimentos multicultural e multidimensional para recuperar saberes econômicos, sociais, vividos e praticados, fortalecendo a identidade do lugar e compreendendo as mudanças econômicas e sociais ocorridas dentro do laboratório natural da região do município de Parintins.

Diante do exposto, o problema a ser investigado se baseia na seguinte questão norteadora na pesquisa: Como podemos compreender, considerando a imigração japonesa, o processo de desenvolvimento socioeconômico em Parintins decorrente da produção de juta e malva.? A pesquisa tem o seguinte objetivo geral: compreender, considerando a imigração japonesa, o processo de desenvolvimento socioeconômico em Parintins decorrente da produção de juta e malva.

Para responder essa questão, tem-se os objetivos específicos: Verificar quais bases teóricas e metodológicas podem ser articuladas para a compreensão e abordagem das relações socioeconômicas entre a imigração japonesa no Brasil e o município de Parintins no Amazonas; descrever os efeitos causados no cotidiano das pessoas com a chegada dos japoneses e da introdução da juta na região ribeirinha; apresentar os impactos socioeconômicos no município de Parintins com a produção das fibras.

A estruturação da dissertação está dividida em três tópicos com os seus respectivos conteúdos. Cada tópico começa com a letra de uma toada, canção folclórica, um dos itens do Festival Folclórico de Parintins, com o intuito de reconhecer a memória cultural como parte da construção da identidade de um povo e do lugar onde vive.

Thompson (1963 apud Burke, 2008, p. 30) afirma que desenvolver os estudos sob o viés histórico “[...] não se limita a analisar o papel desempenhado pelas mudanças econômicas e políticas na formação de classe, mas examinar o lugar da cultura popular nesse processo”. Dessa maneira, Miranda (2007) atesta a importância da veia cultural para a humanidade, em busca de sentidos como ser humano.

Para melhor organização do texto, o primeiro tópico apresenta a revisão de literatura contendo os conceitos de inovação,ecoinovação e finaliza com a apresentação das características do cultivo das fibras de Juta e guaraná no estado do Amazonas. O segundo tópico trabalha a metodologia e as técnicas de pesquisa utilizadas no estudo. Por fim, o terceiro tópico demonstra o estudo de caso na empresa Ômega que utiliza a ecoinovação como diferencial competitivo e conclui com as considerações finais destacando as principais descobertas realizadas na pesquisa.

O primeiro capítulo tem início com algumas estrofes da toada “Povo de Fibra”, do Boi Bumbá Garantido. Os versos folclóricos da toada apresentam os feitos realizados pelos imigrantes japoneses da região de Parintins, com a introdução da fibra da juta e as mudanças causadas na economia do Estado do Amazonas. São apresentadas também revisões de literatura e documentos dos acervos da cidade de Parintins, da Associação Koutaku do Amazonas e documentos de um diário com relatos do senhor Tamon Oyama e a descrição da metodologia da pesquisa.

No segundo capítulo, a toada “Juteiro da Amazônia”, do Boi Bumbá Garantido, traz em seus versos uma linguagem simbólica e cultural para marcar na memória as oportunidades financeiras que vinham com o cultivo da juta. Por isso, breves considerações do Festival Folclórico de Parintins são relatadas na pesquisa, uma vez que faz parte de um dos elementos de injeção econômica na cidade depois do declínio da juta. Também são ressaltadas as

contribuições dos japoneses em Parintins e o arroz como herança culinária da região.

## 2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

*Um povo de fibra cultiva a sua vida  
Em poesias inundada de esperança  
Das águas douradas do rio Amazonas  
Beijam várzeas e sementes de bonanças*

*O povo do Sol nascente deixou um legado  
Ao povo caboclo pra germinar nas manhãs  
Uma nova canção*

*Na Vila Amazônia a jutecultura resplandeceu  
E em Parintins um novo  
Ciclo de fartura alvoreceu*

*(Geandro Pantoja, Demétrios Haidos e Jacinto Rebelo – Povo de Fibra, 2006)*

A canção folclórica intitulada “Povo de Fibra”, do grupo Folclórico Boi Bumbá Garantido, considerado o Boi do Povão e das cores Vermelha e Branca, representa saberes vividos<sup>1</sup>, que são gerados, ensinados, experienciados e preservados de geração a geração (MELO, 2016 p.19). Dessa forma, os feitos realizados pelos imigrantes japoneses, na região do município de Parintins, no Estado do Amazonas, são preservados na memória do povo parintinense.

A transmissão desses saberes foi representada no 41º Festival Folclórico de Parintins, em 2006, realizado nos dias 30 de junho, 01 e 02 de julho. Nesse ano, o boi Garantido trouxe uma homenagem à Ryota Oyama, à lavoura da juta, aos imigrantes japoneses, aos ribeirinhos e à Amazônia, por meio do enredo “Terra a Grande Maloca”. Em suas estrofes é possível identificar o legado economicamente deixado através da introdução da fibra de juta na região, assim como o reconhecimento da atuação japonesa, que introduziu um novo ciclo agrícola e transformou a economia de Parintins. Essa mudança trouxe melhoras na renda da sua população e do Estado do Amazonas.

A afirmativa dessa transformação econômica é comprovada através da Secretaria de Estado e Produção Rural - SEPROR, atualmente o Estado do Amazonas é o maior produtor de

---

<sup>1</sup> Nomenclatura usada nas pesquisas de Nogueira (2014) e Melo (2016) que define saberes e vivências construídas por pessoas, através de experiências nos locais de vivência com maior ou menor intensidade.

juta e malva no Brasil. Dados da secretaria mostram que quase cinco mil produtores rurais fazem a colheita das fibras às margens dos rios no Estado.

A produção dessas fibras naturais precisa, todos os anos, atingir a demanda do mercado nacional, 20 mil toneladas. Dessa totalidade, mais de 12 mil toneladas são produzidas no município de Manacapuru, localizado na região metropolitana de Manaus, capital do Estado do Amazonas. As demais toneladas produzidas, cerca de mil, vem do Estado do Pará e restante de Bangladesh, sul da Ásia (SEPROR, 2022).

Segundo Homma (2010), a juta, nome científico *Corchorus Capsularis* L., é uma planta produtora de fibra, que provém da família *Tilioideae*. Sua origem vem do Norte da África e do subcontinente indiano (FERREIRA, 2016). Quatro meses após ser semeada, alcança de 3 a 4 metros e espessura de aproximadamente 20 mm em sua haste principal, de onde se extrai a fibra (FERREIRA, 2016; HOMMA, 2010). Essa fibra é longa e macia, podendo ser trançada em linhas fortes e geralmente apresenta cor branca a marrom (BANSAL, 2017). É uma espécie de vegetal bastante adaptada ao clima tropical úmido e às áreas de várzeas, terras alagadiças nas quais o ciclo anual de cheia dos rios impede o crescimento natural da floresta ou a prática de algumas culturas permanentes da região amazônica, tais como açaí, banana, guaraná, limão, dentre outras (FERREIRA, 2016; HOMMA, 2010; IBGE, 2022).

A extração da fibra útil de juta está contida no caule, entre o talo e sua casca, realizada pelo processo biológico de maceração, que é a imersão dos feixes de juta em água, a fim de obter o amolecimento dos feixes para remoção das fibras da planta (BISARIA, 2015; FERREIRA, 2016; JAHAN, 2016; RAMASH, PALANIKUMAR, REDDY, 2017). Segundo a circular do IPEAN (1968, p. 11), “para fixar os feixes dentro d’água são utilizados pedaços de madeira para mantê-los submersos, permanecendo nessa condição até que se complete o período de maceração”. Este processo requer de 14 a 28 dias para degradar a pectina, hemicelulose e lignina (RIBEIRO, 2018), substâncias responsáveis pela rigidez do tecido. O processo de maceração é muito importante, pois afeta diretamente a qualidade e o custo da fibra produzida (JAHAN, 2016).

A extração da fibra de juta ocorre por várias fases. Primeiramente, rente ao solo, por meio de foices a juta é cortada, em seguida são limpas suas folhas e mergulhadas em feixes dentro do rio, processo de maceração; logo após esse processo, ocorre o desfibramento ou lavagem da juta, as fibras são separadas de seu caule manualmente, no próprio local da maceração; depois da lavagem, as fibras são postas para secagem em varal, para serem expostas ao sol de maneira que fiquem soltas para absorverem bem o calor do sol e serem ventiladas; depois de 2 ou 3 dias, com bastante sol, as fibras são retiradas do varal e começam a

classificação para confecção do embonecamento ou fardo, sendo assim, após serem embaladas vão para o processo de comercialização (IPEAN, 1968; FERREIRA, 2016).

Todas as etapas aqui descritas revelam que há um esforço físico muito grande dos agricultores no processo de extração da planta da juta em fibra. E esse processo de descortinamento da fibra no Brasil também acontece igualmente na Índia, na China, no Paquistão, em Bangladesh ou em qualquer lugar do mundo que utilizam essas fibras para comercialização. Durante o processo de transformação dessas fibras em tecidos são utilizados apenas aditivos orgânicos e óleos vegetais. Isso, associado às características naturais da planta, faz com que os produtos de juta sejam totalmente biodegradáveis (FAO, 2009). Diferente da fibra sintética, extraída do petróleo, que leva séculos para ser desfeita e causa danos ao meio ambiente.

Homma (2010) nos informa outra espécie bastante similar da fibra de juta, a malva. Nativa do meio amazônico, a malva pertence à família das malváceas e tem como nome científico *Urena lobata l.* É um sub-arbusto semi-perene, semi-lenhoso, podendo alcançar até 4 metros de altura. Haste geralmente verde, com espessura variando de 2 a 4 de diâmetro quando adulta (IPEAN, 1968). É uma planta adaptada a solos de baixa fertilidade. No estado do Pará, nas microrregiões do Salgado, Bragantina e Guajarina foi considerada uma praga nos roçados (PENTEADO, 1967; VALVERDE; DIAS, 1967).

A malva, por nascer espontaneamente, é considerada uma planta daninha e invasora, cultivada sobretudo em zonas tropicais e subtropicais. Sua expansão em larga escala na década de 60 foi consequência da construção da Rodovia Belém-Brasília no período de 1883 a 1908, início da movimentação econômica da Amazônia (HOMMA, 2007). A partir desse período, expandiu-se o extrativismo agrícola da malva, germinada espontaneamente nas margens das estradas e nas terras altas da região amazônica, sendo assim, possível o seu estoque. Com isso, foi possível extrair a planta até 1956, atingindo uma produção superior a 18 mil toneladas (HOMMA, 2007). Mas, somente em 1971 que essa planta passou a ser cultivada no Estado do Amazonas, por iniciativa de indústrias de aniagem, o que culminou em um novo rumo para o desenvolvimento desta atividade agrícola e da sua valorização para produção de fibras (RELATÓRIO, 1979; GENTIL, 1988).

Dados apresentados por Homma (2007) mostra que a produção brasileira de malva atingiu o triplo de sua produção, em relação a juta no mesmo ano, com 30.346 toneladas, demonstrando a grande aceitação junto aos produtores das várzeas amazonenses. Ela é plantada em consórcio com a juta, sendo esta última em várzea baixa e ela, plantada em várzea alta – terras muito férteis. A produção média por hectare é de 1.600 kg de fibra seca, de forma que

ela vem sendo incrementada ano a ano (IFIBRIAM, 1984).

O plantio da malva não está sujeito às inundações, como a juta, pois ocorre em terra firme, que são terras altas, mais elevadas do relevo amazônico. Suas fibras são mais resistentes do que a produzida pela juta, porém menos sedosa e brilhante (HOMMA, 2010; MARGEM, 2013). A fibra de malva apresenta alta resistência, sendo considerada três vezes superior à do cânhamo, quatro vezes à do linho e oito vezes à do algodão (ZHAO-TIE et al. 2007). Esta fibra possui as mesmas características da juta no que diz respeito ao processo produtivo e ambas são utilizadas com as mesmas finalidades.

De acordo com a SEPROR (2022), a aceitação da fibra vegetal de juta no mercado de sacos é muito grande, pois seu preço é baixo e sua resistência é alta, sendo usado seis rolos de malva para três de juta na constituição de um saco. A secretaria enfatiza que, embora seja conhecida como “juta”, apenas 10% da produção é composta por essa planta. Os outros 90% são de malva, planta tropical que era considerada erva-daninha pelos agricultores do Pará, onde surgiu. Em 1971, ela foi trazida para experiência no Amazonas e a produção foi de 2,7 mil quilos. No mesmo ano, a juta rendeu 26 mil quilos (HOMMA, 2007).

A malva ganhou espaço por oferecer maior produtividade que a juta, mas o produtor ainda utiliza a juta na parte baixa do rio porque ela cresce mais rápido. O ciclo de ambas é de seis meses e coincide com períodos de cheia e seca do rio. O produtor aproveita o húmus do rio e planta as sementes. A produção é totalmente limpa.

Todo processo de plantio, colheita e transformação dessas plantas, juta e malva, em fibras vegetais é realizada atualmente pelo ribeirinho. Vargas e Fraxe (2013) explicam que os ribeirinhos são indivíduos que residem nas margens dos rios e estabelecem uma profunda conexão com o ambiente local. O rio é a base de sobrevivência dos ribeirinhos, há uma estreita ligação entre fonte de alimentação e transporte. Segundo Mendonça et al. (2007), os primeiros estudos sobre caboclos-ribeirinhos aparecem nos anos 50, com os trabalhos pioneiros de Galvão (1951), Wagley (1952) e Sternberg (1956).

Vargas e Fraxe (2013) explicam que o lugar de moradia dos ribeirinhos é a comunidade ribeirinha, lugar caracterizado pela diversidade de suas atividades produtivas que asseguram sua sobrevivência, contanto que essa diversidade produtiva esteja relacionada com o padrão de necessidades e recursos disponíveis no local, tais como pesca, caça, extração de produtos naturais, agricultura, dentre outros.

Os ribeirinhos são referências em povos tradicionais amazônicos e saberes milenares que contribuíram significativamente para a expansão da produção de juta, recebendo ajuda também dos japoneses para essa expansão. Atualmente, a população ribeirinha soma mais de

2,08 mil agricultores familiares que vivem da renda dessas fibras vegetais (IDAM,2022), são conhecidos como: juticultor(es), juteiro(s), malvicultor(es) ou trabalhadores da juta.

As fibras naturais de juta e malva no estado do Amazonas foram cultivadas a partir do processo de imigração japonesa entre 1924 e 1935 (HOMMA, 2007), com a implantação das lavouras de juta que se deu após a decadência da economia da borracha, a qual promoveu modificações na agricultura regional, marcando um ciclo na história econômica, social e política, principalmente nas regiões de várzea nos estados do Pará e Amazonas (BENCHIMOL, 2010).

Com o declínio do comércio da borracha, foram realizados vários acordos políticos, jurídicos e econômicos com o propósito comum de transformar o cenário econômico da amazônica. Nessa paisagem de várzea os imigrantes japoneses passaram a ser elo importante para o êxito da cultura da juta e da malva no Brasil. No ano de 1930 instaurou-se no interior do estado do Amazonas um sofisticado programa de imigração japonesa voltado à produção agrícola e exploração de recursos naturais (FERREIRA, HOMMA, 2017).

## 2.1 ASPECTOS CULTURAIS E SOCIOECONÔMICOS

O ciclo da borracha caracteriza um período de crescimento econômico da região amazônica que tem como característica a extração e comercialização de um recurso natural vasto na época, a seringueira (*Hevea brasiliensis*). Essa árvore alcança em média de 20 a 30 metros de altura, seu tronco é revestido por cascas escamosas e de cor parda, do seu núcleo é extraído um líquido viscoso e branco chamado látex, o qual passa por uma coagulação espontânea em contato com o ar, formando o polímero conhecido como borracha. Existem mais de 11 espécies de árvores de seringueiras na região amazônica, sendo todas elas pertencentes ao gênero *Hevea* (LORENZI, 2008).

A seiva dessa árvore, o látex, colocou o Brasil no rank mundial de maior produtor e exportador da borracha no século XIX, chegando a exportar aproximadamente 40 mil toneladas desse produto. A produção da borracha amazônica representava 94,4% da produção mundial em 1908 (FERREIRA, 2016; HOMMA, 2007). Esse cenário econômico foi chamado de Ciclo da Borracha e trouxe mudanças econômicas e sociais para a região norte do Brasil.

Costa (2012) apresenta dados, em relação a taxa de crescimento na produção do látex, de 8% a.a. em toda Amazônia brasileira, entre os anos de 1879 à 1888. O autor explica que esse crescimento econômico na produção da borracha é decorrente do alto preço e ao movimento

migratório de retirantes nordestinos, decorrente da devastadora seca que abateu a Região Nordeste nos anos de 1877 a 1979. Tais ocorrências trouxeram lucros extraordinários para toda Região Norte e, significativamente, para os estados do Amazonas e Pará.

Essa afirmativa é expressa no desenvolvimento urbano das capitais Manaus (Amazonas) e Belém (Pará), onde retiveram uma parte do excedente econômico (SANTOS, 1980). Essas cidades se destacaram porque se transformaram em grandes centros comerciais da borracha, e essa viabilidade econômica trouxe grandes mudanças no seu espaço urbano. Manaus e Belém estão entre as primeiras cidades do século XIX a receber iluminação pública no Brasil.

A cidade de Manaus ganhou ares de cidade moderna a partir de 1892, no governo de Eduardo Ribeiro, recebeu forte influência da cultura européia e ficou conhecida como *Belle Époque* (Bela Época), a elite da Paris das Selvas (MESQUITA, 2005). A exemplo de Paris, a cidade recebeu obras de infraestrutura. Os ingleses, franceses e americanos foram os responsáveis técnicos para executar os projetos que trouxeram viabilidade para a exportação da borracha, tais como: portos, linhas de navegação, telegrafia, serviços de (luz, bonde, esgoto, pavimentação, dentre outros); venda de produtos industrializados e alimentos para sustentar a economia gomífera; construção de clubes, hospitais e cafés com mesinhas nas caçadas como em Paris (HOMMA; FERREIRA, 2011).

Segundo Sarges (2010), essas transformações urbanas vinham de uma obsessão coletiva da nova burguesia que exigia mudanças nos espaços públicos e no modo de vida de toda população que vivia nesses centros urbanos. As exigências eram respaldadas por esses grupos porque era na cidade que moravam os seringalistas, comerciantes e financistas, e um novo cenário urbano seria necessário para o apogeu financeiro da borracha. O surgimento de grandes construções urbanísticas que evidenciavam o apogeu econômico de Manaus foram o Porto Flutuante de Manaus (1907) e o Teatro Amazonas, símbolo da fartura econômica da era dourada.

Inaugurado no dia 31 de dezembro de 1896, o Teatro perpassou o tempo, se mantém vivo na memória do povo amazonense e representa parte da história do ciclo da borracha. Sua imponência encanta e surpreende, tanto visualmente como descrita no site do Governo do Estado do Amazonas, precisamente na página da Secretaria de Cultura e Economia Criativa – SEC:

O teatro com estilo arquitetônico é renascentista, com detalhes ecléticos. Na área externa, a famosa cúpula chama a atenção pela exuberância, composta por 36 mil peças nas cores da bandeira brasileira, importadas da Alsácia, na França. A maior parte do material usado na construção do teatro foi importada da Europa: as paredes de aço de Glasgow, na Escócia; os 198 lustres e o mármore de Carrara das escadas,

estátuas e colunas, são da Itália.

O salão de espetáculos tem capacidade para 701 pessoas, distribuídas entre a plateia e três pavimentos de camarotes. Impossível não ficar hipnotizado com o teto côncavo, no qual estão quatro telas pintadas em Paris pela tradicional Casa Carpezot. As telas representam música, dança, tragédia e ópera. Esta última, uma homenagem ao compositor brasileiro Carlos Gomes. Ao centro, um majestoso lustre de bronze francês. Também não passam despercebidas as máscaras nas colunas da plateia, que homenageiam compositores e dramaturgos, entre eles, Aristophanes, Molière, Rossini, Mozart e Verdi.

O Pano de Boca do Teatro Amazonas é outra raridade. Foi confeccionado em 1894, pelo artista brasileiro Crispim do Amaral, e descreve o encontro dos rios Negro e Solimões. No Salão Nobre, onde aconteciam os grandes eventos sociais da época, destaca-se a pintura do teto feita por Domenico de Angelis, em 1899, e que foi batizada de “A glorificação das Bellas Artes da Amazônia” (SEC, 2022).

Assim como em Manaus, a cidade de Belém/PA se desenvolveu extraordinariamente. Foi visível a prosperidade econômica trazida pelo ciclo da borracha, estampada em sua luxuosa estrutura urbana. Segundo Soares (2008), em Belém o crescimento econômico trouxe grandes avenidas, estradas, jardins, edifícios, casas bancárias, grandes armazéns, estradas de ferro, linhas de bonde, sistemas de telégrafo, de telefonia e teatros.

Foi na prosperidade alavancado que o Teatro da Paz foi construído em 1878. Sendo a primeira casa de espetáculos construída na Amazônia e tem características grandiosas, com 1.100 lugares, acústica perfeita, lustres de cristal, piso em mosaico de madeiras nobres, afrescos nas paredes e teto, dezenas de obras de artes, gradis e outros elementos decorativos revestidos com folhas de ouros. Atualmente, é o maior Teatro da Região Norte e um dos mais luxuosos do Brasil. Com cerca de 130 anos de história, é considerado um dos Teatros-Monumentos do País (TEATRODAPAZ, 2022).

O Teatro Amazonas (Manaus) e o Teatro da Paz (Belém) se mantêm firmes na memória e no seu valor simbólico, permanecem representando a era Dourada da Amazônia, embora existam outros monumentos, no centro de Manaus e Belém, que foram perdendo o significado histórico, por desaparecerem gradativamente ao longo do tempo. Compreendendo esse processo, Santos (2004) ressalta que esses espaços construídos, testemunhas de um momento de produção, se adaptam às formas preexistentes enquanto outros criam formas para se inserir dentro delas.

Ressaltamos também as mudanças que ocorreram no século XX no mundo inteiro. No livro “A era dos extremos”, de Eric Hobsbawn (1995), salienta que nesse período ocorreram as principais transformações no campo social, econômico, científico e tecnológico, que geraram mudanças estruturais na sociedade e a instauração de uma forte tendência capitalista. Assim, alguns lugares foram utilizados para fins de produção e comércio, iniciando sutilmente um forte movimento pelo progresso e pelo crescimento econômico, sem se preocupar com outras esferas

como o ambiental e o social.

O ciclo da borracha na Amazônia trouxe luxos extremos, gerou enormes riquezas e o seu monopólio criou uma época de progresso inconstante (DIAS, 1999). Entretanto, isso não foi suficientemente para manter a hegemonia da Região Amazônica na produção do látex, porque a conjugação de prosperidade econômica, ostentação e incompetência política não permitiram às elites refinadas da “Paris dos Trópicos” anteverem a tragédia que foi anunciada desde 1876, quando Henry Alexander Wickham (1846-1928) obteve 70 mil sementes e levou para *Royal Botanic Gardens* em Londres, as quais foram posteriormente transplantadas no Sudeste Asiático (FERREIRA, 2016).

Devido à expansão das plantações de seringueiras fora do Brasil e os custos baixos desse produto produzidos em larga escala na Indonésia, Malásia e Ceilão, na Ásia, as exportações brasileiras de borracha entram em declínio significativamente no início de 1920. A economia da região amazônica entra em colapso. Muitas cidades se esvaziaram, entrando em decadência. Isso aconteceu porque os ingleses contrabandearam sementes de seringueira e plantaram nas colônias asiáticas, ganhando a concorrência no mercado internacional, como afirma BENCHIMOL (1994, p. 04):

Os 461.740 hectares de seringueiras plantadas no oriente asiático anunciavam uma produção de 152.000 toneladas para 1916 que acrescidas da produção amazônica e africana, ultrapassava o consumo esperado de menos de 190.000 toneladas. No ano de 1910, a Amazônia, nas estatísticas da Sudhevea, produzia 40.800 toneladas, enquanto a Ásia apenas 8.753 toneladas, porém, em 1915 haviam sido plantados no Oriente cerca de um milhão de hectares de seringueiras, o que prenunciava uma grande superprodução na década dos anos 20, quando, de fato, a Ásia chegou a produzir 380.000 toneladas, ultrapassando muito a capacidade de consumo dos mercados mundiais.

De acordo com as afirmações de Benchimol (1994), o caos se estabeleceu na economia e nas finanças públicas, tanto no estado do Amazonas quanto no estado do Pará, com falência de inúmeras firmas e a precarização dos serviços públicos, como transporte, água e energia. Segundo o autor:

A receita apenas do biênio 1910/1911 (155 milhões de dólares) foi superior à receita arrecadada em dez anos da crise, de 1915 a 1924, quando entraram nos cofres do Tesouro Estadual apenas 134,5 milhões de dólares. A depressão e a bancarrota haviam chegado desde 1914, quando a receita caiu para 34,4 milhões de dólares e 22,9 milhões em 1915, quase um quarto da arrecadação havida em 1910 (89,4 milhões de dólares). Portanto, a crise que atingiu o comércio e os seringais de modo arrasador chegava também de fonte impetuosa ao setor público que viu as suas receitas minguarem de ano para ano, provocando o atraso de mais de seis meses no pagamento do funcionalismo público que viveu de vales e adiantamento da Tesouraria, ou dos agiotas que compravam os seus vencimentos com deságios de usura. Os fornecedores também não recebiam as suas contas e recusavam-se a vender ao governo. No Pará, a

situação era idêntica. A receita estadual caiu de 20.255:000\$ em 1910 (104,4 milhões de dólares atuais [1992]) para 8.887:000\$000 em 1915 (equivalente a 27,3 milhões de dólares atuais [1992]). A receita federal no Pará despencou de 41.876:000\$000 de 1910 (215,8 milhões de dólares de 1992) para 13.834:000\$000 de 1915 (42,6 milhões de dólares de 1992). Estas receitas tiveram com fonte Roberto Santos (1980, p. 193), com base nas estatísticas de Le Cointe, Lauro Sodré e IBGE. As fontes da receita pública federal e estadual na Amazônia haviam secado com a débâcle nas cotações da borracha. A produção e exportação da chamada goma elástica havia decrescido de 38.547 toneladas de 1910 para 35.165 em 1915; 23.587 toneladas em 1920; 14.138 toneladas em 1930, e haveria de bater no fundo do poço em 1932, quando foram produzidas e exportadas apenas 6.224 toneladas. Neste ano negro de 1932, o valor exportado alcançou apenas 11 milhões de dólares/ano, comparados com os 1,9 bilhão de dólares atuais [de 1992], ou seja, em 1932, a Amazônia havia perdido 99,43% do seu produto interno em termos de borracha (BENCHIMOL, 1994, p. 03-04).

As dificuldades financeiras da Amazônia apresentadas por Benchimol (1994) eram crescentes e visíveis nos cofres públicos da Região Norte, comprovadas estatisticamente. Em 1910 os preços da borracha caíram e depois de 1912 despencaram, devido aos preços da concorrência do Ceilão e da Malásia. Com a queda da borracha, a região amazônica não atendia mais de maneira eficaz a exploração econômica da região (FERREIRA, BASTOS, 2016). A população amazônica ficou estagnada no período de 1920 a 1950, nesse interim outros produtos extrativistas tentaram ocupar o seu espaço, como o óleo essencial de pau-rosa e castanha-do-Pará, mas nunca conseguiram recuperar a primazia da borracha (HOMMA, 2009).

Em decorrência do fim de uma era, o ciclo da borracha no Brasil, a política de concessão de terras devolutas nos estados do Amazonas e Pará foi vista com outros olhos. Para Ferreira (2016), os incentivos de ocupação de terras na Amazônia foi fruto de uma política específica de doação de terras por parte dos governos dos estados do Amazonas e Pará com o intuito de trazer investidores após a crise da borracha.

## 2.2 IMIGRAÇÃO JAPONESA

No século XIX e início do século XX, o Brasil se desenvolveu significativamente com monopólio mundial de café. Tosi e Faleiros (2017) destacam que o café era uma bebida muito apreciada em meados do século XIX nos bistrôs de Paris, configurada recorrentemente na cesta de consumo dos trabalhadores das fábricas. A apreciação da bebida também se estendeu na América do Norte e em outros lugares. Topik (2022) enfatiza que cerca de 80% da expansão da produção mundial de café no século XIX ocorreu apenas no Brasil. O autor ainda ressalta que a produção latino-americana ajudou na redefinição do consumo ao baixar preços e aumentar a produção, o que levou o Brasil a alcançar um mercado de massa na produção do café.

Segundo Ferreira e Homma (2017), essa alta produção de café necessitava de inúmeras sacas para o armazenamento e exportação do produto. Como o Brasil não possuía tantas sacarias, precisou importar grandes quantidades da Índia, principal produtora de sacos de juta. Ferreira e Homma (2017) explicam que esse alto consumo de sacos no Brasil representava um problema aos produtores de café, pois pagavam altas taxas de importação, impostos das docas e tarifas rodoviárias para manutenção das sacarias. Foi nesse cenário de altos custos da compra de sacarias que o Brasil teve o interesse em produzir a juta asiática para beneficiar o seu consumo. As intervenções políticas no Brasil pelo Estado Novo (1937 – 1945) centralizaram o poder nacionalista e substituíram as importações a partir do desenvolvimento da indústria nacional (FERREIRA, 2016).

Esse cenário econômico contribuiu significativamente na implementação de políticas que viabilizaram a imigração japonesa na Região Norte no final da década de 1920, quando houve um desejo recíproco por parte do Brasil e do Japão. O Brasil tinha perdido a hegemonia da borracha e o Japão desejava esses acordos desde 1905, período em que venceu a batalha sobre a China, expandindo sua indústria e reduzindo a quantidade de terras agrícolas de seu país. Esses acordos mútuos entre os países contribuíram para o surgimento de uma nova modalidade agrícola na Região Norte.

A primeira companhia de imigração que surgiu no Japão foi a Companhia Imperial de Emigração, fundada por Riu Mizuno. Quando a companhia realizou sua primeira viagem à Amazônia, em meados da década de 1920, fez encaminhamentos políticos para que Tukasa Uetsuka firmasse acordos com o governo do estado do Amazonas. Na proposta incluía a permissão para povoar as terras amazonenses, especificamente na parte oriental, vista pelo governo brasileiro como área de vazio demográfico.

As primeiras tentativas de aclimação da juta asiática e especialmente indiana ocorreram no estado de São Paulo, porém, sem muito sucesso como na Região Norte. Ferreira (2016) aponta que a aclimatização da juta não obteve sucesso por não ter condições favoráveis, do ponto de vista das questões sociais, políticas e ambientais, para a introdução e o desenvolvimento dessa modalidade agrícola na região sudeste.

Por outro lado, o excelente desempenho no trabalho agrícola do imigrante japonês e sua capacidade de suportar as condições de trabalho nas fazendas de café, em São Paulo fizeram com que os governos do Amazonas e Pará procurassem meios para ter a presença desses trabalhadores em suas terras (MUTO, 2010).

A concessão de terras e de subsídios fiscais no estado do Amazonas foram ofertados para quem realizasse a colonização e exploração agrária. Essa iniciativa foi estabelecida pela

lei nº 1.309, de 22 de outubro de 1926, e assinada pelo Governador do Amazonas Efigênio Salles. A lei foi firmada devido a visita do embaixador japonês Shichita Tatsuke na cidade de Manaus, nos dias de 5 a 10 de maio de 1926. Após essa visita do embaixador, foi permitido a concessão de 25 mil hectares (25.000 há) ao engenheiro Kosaku Oishi para produção de guaraná na região de Maués, no Amazonas (APANB, 2001).

Essas negociações comprovam que o Governo do Amazonas desejava profundamente a vinda dos imigrantes japoneses. Porém, só foi possível devido a regulamentação do decreto nº 9.081 de 1911, pelo Serviço de Povoamento do Solo pelo Ministério da Agricultura, que permitia aos Estados e iniciativa privada a execução das políticas de colonização e assentamento aos imigrantes (Brasil, 2022). Em decorrência dessas políticas de ocupação das terras amazônicas, houve três projetos de iniciativa do governo japonês, conforme demonstrado no quadro abaixo:

**Quadro 1** – Os Três Grandes Projetos de Colonização Japonesa no Estado do Amazonas

ORDEM	NOME	RESPONSÁVEL	PRODUTO	LOCAL	ESTADO	ANO
Projetos 01	NANTAKU - Nanbei Takushoku kabushiki kaisha		Cacau	Tome- Açú	PA	11/04/1929
			Algodão	Monte Alegre		
Projetos 02	KOUTAKU - Kokushikan Koutou Takushoku Gakkou	Tsukasa Uyetsuka	Juta - várzeas do vale do rio amazonas	Parintins	AM	20/06/1931
Projetos 03	AMAKO – Amazon Kogyo Kabushiki Kaisha	Kosaku Ohishi	Guaraná	Maués	AM	02/01/1930

**Fonte:** Associação Koutaku do Amazonas, 2022; Homma, (2007, p.25-26); Ferreira (2016); Muto (2018)

Esses três projetos apresentados no quadro acima fazem parte dos grupos de imigração na região amazônica. São grupos diferenciados e vieram quase simultaneamente, tudo está registrado no livro da APANB (2010) e nos documentos da Associação Koutaku do Amazonas.

Dentre os três projetos, o que foi mais planejado e estruturado e que modificou a economia, o desenvolvimento do lugar, a cultura e ficou marcado na história do Amazonas foi o Projeto Koutaku. O político Tsukasa Uyetsuka (1890-1978) e o professor Kotaro Tsuji (1903-1970) (TUJI, 1968) idealizaram esse projeto com o objetivo de explorar 1.000.000,00 de hectares das terras devolutas do estado do Amazonas, concedidas voluntariamente pelo governo e publicado no Diário Oficial no dia 12 de março de 1927 (Uchigasaki, 2021). Segundo Homma

e Ferreira (2011), esses senhores conseguiram ser responsáveis pelo projeto de imigração japonesa junto as autoridades brasileiras e pelo sucesso da lavoura da juta no município de Parintins (FERREIRA, 2016).

Nos registros da Associação Koutaku (2022) constam que nas primeiras negociações para a vinda desses projetos ocorreram viagens de reconhecimento das terras amazônicas, iniciadas no ano de 1928, com o objetivo de encontrar terras propícias e próprias para colonização, organizadas pelo Ministério das Relações Exteriores do Japão, com o aval do Brasil. Depois dos acordos, ficou estabelecido que seria implantado o projeto para a colonização japonesa no início dos anos 1930, no entorno do município de Parintins, Amazona, tendo como produto a juta, que seria a cultura a ser beneficiada pelos estrangeiros. A partir do acerto diplomático, seria criada a Colônia Modelo de Andirá, no entorno de Barreirinha, também no estado do Amazonas. Todos os acordos significaram um esforço para ocupar o território do Baixo Amazonas. A Colônia Modelo de Andirá foi a mais importante tentativa de articular parceria entre brasileiros e japoneses na Amazônia na primeira metade do século XX.

Os primeiros imigrantes que vieram com esses projetos eram os jovens estudantes conhecidos como Koutakusei, como eram conhecidos os alunos diplomados pela Escola Superior de Colonização do Japão, fundada por Tsukasa Uyetsuka. A escola de colonização escolhia os melhores alunos graduados das escolas secundárias de todo o Japão para enviarem à Amazonia. Com a duração de 1 ano em Tóquio e o restante no Brasil. Os koutakusei, de acordo com HOMMA (2007), eram:

Japoneses, imbuídos de espírito de pioneirismo, sem qualquer aspiração financeira a qual prevaleceu também nos anos futuros, na sua tonalidade, preocupado com a educação dos filhos, constituíam o núcleo dos imigrantes de Parintins. Por se tratar de uma instituição na qual eram necessários pagamentos de pesadas mensalidades, a maioria dos estudantes era proveniente de famílias de classe média.

A vinda dos Koutakuseis tinha por objetivo se fixar na Amazônia para construção de uma nova sociedade, conforme o quadro 2, para melhor visualização das entradas na região norte. Tinha início uma relação de cooperação e intercâmbio entre o Brasil e o Japão, dois países muito diversos, mas ligados pelos laços humanos da imigração e pela atração da forte parceria econômica, política e cultural.

**Quadro 2:** Koutakusseis em Parintins (1931-1939)

Turmas	Saída do Japão	Chegada porto RJ	Navio	Chegada Parintins	Koutakusseis	Prof. e Técnicos	Colonos	Agregados	Total
1ª	19.04.1931	05.06.1931	Santos Maru	20.06.1931	38	4			42
	Jun. 1931	04.08.1931	Montevideo M.	Ago. 1931		1		2	3
	Set.1931	10.11.1931	Santos Maru	Nov.1931	4	2		1	7
2ª	16.04.1932	01.06.1932	Rio de Janeiro M	03.07.1932	52	4	5	33	94
	20.09.1932	05.11.1932	Rio de Janeiro M	03.12.1932				5	5
3ª	Jan.1933	20.03.1933	Santos Maru	Abril1933		2		2	4
	15.04.1933	31.05.1933	Montevideo M	26.06.1933	67	2	1	12	82
	13.09.1933	31.10.1933	Montevideo M	19.11.1933	3	4	7	38	52
4ª	18.04.1934	01.06.1934	Buenos Aires M	29.06.1934	49	1	1	34	85
	Jul. 1934	29.08.1934	Montevideo M	24.09.1934		2	3	19	24
5ª	16.04.1935	30.05.1935	Rio de Janeiro M	03.07.1935	18	1	6	45	70
6ª	16.04.1936	30.05.1936 19.06.1936	La Plata Maru	Julho 1936	13	1	2	29	45
7ª	30.05.1937	14.07.1937	Montevideo M	08.08.1937	3		2	5	10
	26.10.1938	18.12.1938	YamazatoMaru	Jan. 1939		1		2	3
	30.09.1939	17.11.1939	La Plata Maru	Dez.1939	1		2	13	16
Total					248	25	29	240	542

**Fonte:** Associação Koutaku do Amazonas, 2022; Muto, 2018; Homma (2007).

Segundo Homma (2007), junto com as turmas de koutakusseis vieram também famílias de agricultores, tais como: Jisaburo Kinno (esposa e 6 filhos); Daikiti Yoshii (esposa e 4 filhos); Yoshimasa Nakauti (esposa e 2 filhos); Kemetaro Odo (esposa e 5 filhos); e Ryota Oyama (1882-1972) (esposa e seus 4 filhos), todos atendendo ao pedido de Tsukasa Uyetsuka.

Os primeiros Koutakusseis trouxeram sementes de juta de São Paulo, onde outros imigrantes japoneses já haviam tentado seu plantio sem sucesso (LIMA, 1038; TRURY, 1948). Plantadas essas sementes, porém, diferente do que haviam estudado, a juta não se desenvolveu dentro das características que haviam sido pesquisadas, uma vez que as hastes não cresciam mais do que 2 metros e com galhos imprestáveis para retirada comercial (OYAMA HOMMA, 2007).

Vendo que o plantio da juta não obteve o crescimento esperado, os técnicos do Projeto Koutaku abandonaram a juta como seu principal produto, porém, um dos Koutakusseis, Ryota Oyama, que veio para o estado do Amazonas no terceiro contingente, chegando na Vila Amazônia em 1934 (SAUNIER, 2003), não desistiu dos plantios de juta e começou a observar o crescimento de alguns pés de juta no quintal de sua casa. Essas sementes plantadas vieram do Paquistão, em um saco com 50 kg de sementes, não na batinha da calça de Ryota Oyama, como

relata o senhor Mario Takitome (DIÁRIO, 2009), boato espalhado e comentado por muitos anos pelos moradores da região de Parintins.

As observações realizadas por Ryota Oyama constataram que dois ramos de juta cresciam mais rápido do que os outros ramos e começou a cuidar desses dois. Um deles foi levado pelas águas, o outro foi cuidado e obteve o crescimento desejado por todos os Koutakusseis. Oyama conseguiu desse único plantio obter 10 cápsulas em 1934, que foram plantadas em frente à sua casa, na Colônia Modelo Andirá, obtendo, depois de 7 meses, 200 gramas (HOMMA, 2007).

Essa pequena porção colhida de sementes por Oyama, no ano anterior, multiplicou-se para 3 quilos em 1935, sendo plantadas em diversos lugares da terra firme e várzea, para observar a possibilidade de degeneração, fato que não ocorreu (HOMMA, 2007). A partir desse momento novas tentativas começaram para os trabalhadores da juta, e Oyama começou a aperfeiçoar novas tentativas de plantio para não obter perdas, uma delas foi o aperfeiçoamento da máquina “tico-tico”, pois as sementes de juta eram jogadas no “laço”, ocasionando grande perda (OYAMA HOMMA, 2007)

Com os resultados alcançados com os plantios, Oyama e Nakauchi conseguiram produzir 8.941 quilos de fibra da juta que foi vendida para a fábrica Perseverança no ano de 1937 (DANTAS, 1968). Por esse feito de adaptação da fibra indiana, Ryoya Oyama obteve respeito e admiração de todos, e ficou conhecido pelos parintinenses como “Pai-da-Juta” (SAUNIER, 2003).

### **2.2.1 Imigração Japonesa na Região de Parintins**

É relativamente escassa a literatura especializada que aborda a história da juta em Parintins e na Vila Amazônia no período da entrada dos imigrantes japoneses na região. Cabe a algumas pessoas mais vividas a transmissão oral dos conhecimentos que acabam servindo de fonte para imprensa, representantes de instituições governamentais, não governamentais, historiadores, pesquisadores, dentre outros, que buscam informações precisas de um determinado período da história. Verena Alberti (2005) compreende a história oral como o registro de testemunhos e o acesso a história dentro da história e, dessa forma, amplia as possibilidades de interpretações do passado por meio da memória.

A memória torna-se importante quando queremos compreender as peculiaridades do passado que não vivenciamos. É na memória do Seo Tamon Oyama (1919-2012), um dos cinco

filhos de Ryota Oyama (1882–1972), que encontramos acontecimentos vividos e experienciados por ele, como as primeiras silhuetas de pés de juta e as mudanças ocorridas na região de Parintins. A expressão “Seo” é uma forma de tratamento respeitosa utilizada pelo caboclo ribeirinho, usada na região de Parintins e de outros lugares do estado do Amazonas.

Essa expressão regional é tão presente nos dias de hoje que, em reconhecimento à essa expressão de tratamento em Parintins e à memória dos parintinenses, o Mercado Municipal Leopoldo Neves a utiliza associada ao nome de antigos permissionários que trabalhavam no mercado, identificando boxe como: Seo Nevyto, Seo Moacir Faria, Seo Danga, Seo Laureano, Seo Nemézio Pontes, Seo Lajeiro.

O Seo Tamon relata que chegou em 1933, na época do presidente Getúlio Vargas, e está com mais de 70 anos morando em Parintins. “Viemos para Parintins, Vila Amazônia, e depois fomos trabalhar em Andirá, lá que era a colônia japonesa, lá descobrimos qualidade boa da juta”. Ele afirma que “tinha muita água, mato, carapanã e formiga”, e deixa claro que não houve contrabando da semente de juta, “meu pai nunca trouxe a semente de juta costurada na barra de sua calça, não foi contrabandista” (Diário, 2009).

Ao citar a semente costurada na calça de seu pai, Ryota Oyama, Seo Tamon relembra um falso episódio referente a boa semente plantada e adaptada aos solos de várzeas da região de Parintins. Esse boato perdurou tanto que é encontrado na literatura amazonense com o título de “E deus chorou sobre o rio”, da escritora Beth Azize (2019), que descreve sobre a chegada da juta ao município de Manacapuru (AM) e a uma parceria entre japoneses e sírio-libaneses.

Trecho da narrativa:

Os japoneses explicaram tudo a Gabriel. As sementes vieram para o Brasil escondidas na dobra da calça de um japonês, levando para o Médio Amazonas, plantou na zona de várzea, dando uma fibra muito bonita. Parintins era o único lugar que dava a fibra, e agora, os japoneses queriam fazer a experiência em Manacapuru, mas não conheciam ninguém, nem tinham terra. Era o ano de 1937 (AZIZE, 2018).

Seo Tamon acreditava que as pessoas que repassavam esse boato não se davam conta de que maculavam a imagem de seu pai e de todos os imigrantes que vieram ao Brasil. Suas palavras também descrevem com precisão sobre a vinda para o Brasil, que não foi fácil. O clima e os costumes eram diferentes, as condições de moradia eram precárias. Não havia instalação elétrica, somente na capital Manaus. As casas eram simples, rústicas, feitas de troncos roliços cobertos com palha de palmeiras, construídas por eles mesmos, mas a determinação para trabalhar e construir uma nova vida superou as dificuldades. Em meio às suas lembranças, relatou o seguinte:

O trabalho acontecia na várzea. Agora, no Andirá, na terra firme, lá na colônia que sobe umas 3 horas de motor, plantávamos na roça arroz, farinha, melancia. Só dava para comer, não ganhávamos nada. Viemos para o Amazonas trabalhar e ganhar dinheiro e, como descobrimos qualidade boa da juta, trabalhamos na juta. A juta cresceu muito em 1940, o governo financiou e ajudou muito. Começa às oito e larga às três da tarde no plantio, era um trabalho de empreitada, não se fazia nada sozinho, trabalhávamos também com a ajuda da comunidade. O plantio da juta acontecia na várzea, terra boa não precisa de adubo. Aqui não tinha juta nem malva, só na Índia, no Paquistão. A juta veio com nossos japoneses, não foi roubada, como a seringa. A juta era plantada de agosto, setembro e outubro. Depois era colhida em fevereiro, março e abril. A juta boa foi descoberta pelo meu pai, Ryota Oyama, o pai da juta. Cheguei aqui com 14 anos e trabalhava com meu pai, junto com irmãos e irmãs, eram cinco. Todos morreram, o único que está vivo sou eu. Cheguei aqui no Amazonas rapazinho e hoje estou com quase 90 anos, sou o único que está vivo, japonês aqui não tem (DIÁRIO, TAMON OYAMA, 2009).

Outro relato da mesma época, do Koutakusei Sakae Ochi, líder da primeira turma vinda para a Vila Amazônia, pode ser lido em japonês e português. Os relatos apresentados, indicam sua primeira impressão quando chegou em Parintins e sua descrição da área urbana ribeirinha onde ficou instalado, juntamente com outros colegas vindos do Japão:

Após uma longa viagem de cerca de dois meses, fui o primeiro aluno de Koutaku a chegar à Vila Amazônia na noite de 20 de junho de 1931. Foi a partir desse dia que se iniciou a minha vida de estagiário no Instituto de Pesquisa Industrial da Amazônia. Os estagiários eram um grupo de alunos que pertencia a categoria de classe média alta no Japão, com plena confiança nos ideais e entusiasmo do diretor Tsukasa Uetsuka. Em Amazônia desconhecida, o nosso futuro era totalmente imprevisível. Pode-se dizer que a vida do grupo na Amazônia, de um grupo de jovens solteiros que deixou a sorte para o céu, começou neste dia” (...).

A casa que fomos morar estava inacabada. As tábuas estavam todas desalinhadas no chão e não fixadas com pregos, ouvia-se um barulho estridente toda vez que passava por cima delas. A sala de jantar, a cozinha e o banheiro estavam todos inacabados e pouco convenientes. Mas nenhum dos estagiários se queixava. Para eles tudo parecia lucro só por apenas evitar de se molhar do orvalho noturno (NDL, SAKAE OCHI, 2022).

Segundo os relatos dos koutakuseis, Tamon Oyama e Sakae Ochi, a vida na região de Parintins foi uma vida de sacrifícios. Graças à família de seu Tamon, juntamente com outros conterrâneos, começaram a trabalhar e a construir a Vila Amazônica ou Instituto, como era chamada naquela época. Fizeram com esmero e dedicação, dando o exemplo de que com trabalho e perseverança o homem consegue um futuro promissor. Como consequências desses esforços, duas árvores robustas produziram sementes de primeira que originaram as grandes jutas da Amazônia e principalmente de Parintins.

A juta sendo uma planta nova na região, com processos de produção totalmente desconhecidos, teve rápida expansão pelos ribeirinhos, que absorveram a tecnologia desenvolvida pelos japoneses. Os preços favoráveis e a existência de mercados foram as

condicionantes desta rápida expansão, para uma época em que não existia, por exemplo, o serviço rural, que foi criado somente no final da década de 1960 (MONTEIRO, 1981).

Tudo isso ocorreu devido as várias tentativas de Ryota Oyama, que encontrou dois pés de juta em seu sítio, localizado na várzea. Tais pés se sobressaíram dos demais pelo porte, o qual se assemelhava aos seus ancestrais indianos, tendo sido posteriormente comprovado a hereditariedade de tal caráter (SOARES; LIBONATI, 1966). Como, no entanto, elas estavam em uma área onde o nível da água era muito alto, Oyama precisou transplantá-las em outro local. Por causa disso, uma delas morreu e da outra foram feitas sementeiras entre 1935 e 1936.

Em 1937 obtiveram-se as primeiras toneladas de juta, conseguindo vender a primeira safra dessa cultura para Belém, valorizando o trabalho potencial dos japoneses (UYETSUKA, 1967). Dava-se início à produção de uma das maiores economias do Estado do Amazonas,

A tabela 1, baseada em informações de um dos Koutakusseis, mostra como se deu a produção de juta na Vila Amazônia, no final e no início das décadas de 30 e 40:

**Tabela 1:** Produção de Juta na Vila Amazônia

<i>Ano de Produção</i>	<b>Quantidade (tonelada)</b>	<b>Número de famílias</b>	<b>Área do roçado (ha)</b>
<i>1938</i>	60	28	50
<i>1939</i>	178	39	166
<i>1940</i>	350	50	335
<i>1941</i>	1300	74	940
<i>1942</i>	3685	74	1000
<b>TOTAL</b>	<b>5572</b>	<b>265</b>	<b>2941</b>

**Fonte:** Homma (2007).

A Vila Amazônia, anteriormente Vila Baptista, entra em fase de crescimento devido às plantações de juta. Havia armazéns, escolas, hospital (para onde dirigiam pessoas de Belém e Parintins), o “hakko kaiakn” (templo), (Figura 1) e as casas. As condições de moradia na região, entretanto, eram precárias. Não havia rede hidráulica nem instalação elétrica, as casas eram simples, rústicas, feitas de pau roliço coberta com palha de palmeiras. A maioria dos casamentos eram arranjados pelo sistema de “Sashin-Mai” (encontro através de fotografias para fazer noivados). Decidido quem seria a noiva, ela era registrada ainda no Japão, no Cartório Civil, como esposa, embora nem noivo nem noiva se conhecessem pessoalmente. Era, então,

mandada do Japão para o Amazonas.

**Figura 1:** Hakko-kaikan



**Fonte:** Associação Koutaku do Amazonas (Amazon Koutakukai), 2022

A Figura 1 revela como era o hakko kaiakn na chegada da primeira turma de alunos recém-formados pela escola Superior de Colonização, e do próprio Dr. Tsukasa. Até o 1937, todos os anos uma nova turma de formandos chegava ao instituto (OYETSUKA, 1952).

O sucesso com esta cultura demonstrou que desde que haja mercado, preços favoráveis e tecnologias disponíveis os pequenos produtores não são avessos às inovações. A expansão dessa lavoura permitiu a primeira articulação econômica entre o norte e sul do país, e o início do processo de agroindustrialização na Amazônia.

A difusão dos plantios, na primeira fase, esteve a cargo da Companhia Industrial Amazonense S/A (CIA), responsável pela imigração da capital japonesa, fundada com a viabilização da cultura de juta, que manteve domínio na comercialização das fibras no período de 1937-1942 (COMPANIA, 1941). Nesse período, era basicamente nas mãos japonesas, com a ajuda de assalariamento de trabalhadores brasileiros, que estava a expansão dos plantios. O Brasil atingiu a autossuficiência na produção de juta e malva em 1952, mas a Tabela 1 mostra que foi prejudicada em 1970, com a volta das importações.

A expansão da jucicultura se deu pelo declínio da borracha, que criou em excedente de mão de obra liberada dos seringais, aproveitando-se do sistema de aviamento já estruturado, rompido somente na década de 60 (JUNQUERA, 1972). Iniciado nos anos 30 e estendendo-se até meados dos anos 80, o ciclo da juta é até hoje lembrado pelos moradores mais antigos de Parintins. A construção de uma fábrica de tecelagem para a fabricação de fios, sacos e telas no Parque Industrial da Fabril Juta, com uma maquinaria importada da Irlanda, empregou 800 operários (SAUNIER, 2003) e proporcionou melhores condições de vida, possibilitando a aquisição de bens materiais pelos trabalhadores, como: casa, canoa, rádio, dentre outros. Oyama relata que:

O trabalho com a juta era preparar o terreno, depois plantava, colhia a juta com terçado, lavava, deixava secar a juta pendurada em paus, como é feito até hoje. Todos trabalhavam juntos, fazíamos fardos para vender. Tudo era para fazer saca para exportar café. Era muita gente, não tinha preguiçoso, ganhamos muito dinheiro. Quando vim para Parintins à cidade, não era assim como hoje, tinha mais ou menos umas 700 pessoas. As casas eram de madeira e barriado. Hoje em dia é tudo de alvenaria, tudo isso é riqueza da juta. Parintins cresceu muito, apareceu a Fabril Juta, depois cooperativa, a Caçapava. Todos compravam juta. Apareceu a Pernambucanas, onde todos compravam pano e sapato. A juta era para fazer saca para exportação, muito xará e a saca plástica é mais barata (DIÁRIO, TAMON OYAMA, 2009).

As lembranças de Seo Tamon, com precisão de datas, nomes e lugares, continuam vivas, como se estivesse acabado de presenciá-las. Seus relatos são precisos em detalhes, possui palavras mansas e uma alegria contagiante ao falar de sua história de vida.

### **2.2.2 Economia Verde como Ferramenta de Fator Econômico e Ambiental**

O entendimento de economia verde é algo novo em relação ao entendimento de desenvolvimento sustentável. O conceito aborda que economia verde é aquela que “resulta em melhoria do bem-estar humano e equidade social, ao mesmo tempo em que reduz significativamente os riscos ambientais e a escassez ecológica” (UNITED NATIONS, 2011). Nesse sentido, a inclusão social, a baixa emissão de carbono e a eficiência no uso de recursos é o que propõe os três pilares da economia verde.

As fibras naturais de juta (*Urena lobata*) e malva (*Corchorus capsularis*) estão incorporadas nesses pilares da economia sustentável (BRANDÃO, 2021), são utilizadas em conjunto, indistintamente, no processo industrial. Ambas são plantadas nas calhas dos rios da região baixa, da Amazônia, aproveitando o húmus ali depositado, para que quando da época da

cheia em função das chuvas e do degelo anual nos Andes a planta possa ser afogada no próprio local, facilitando a retirada da fibra de seu caule. Dessa forma, a cultura da juta e da malva não utilizam queimadas, defensivos e nem fertilizantes, tendo um ciclo totalmente natural, assim como no seu processo de industrialização.

O cultivo da juta e malva é uma atividade econômica de grande valor para o setor primário do estado do Amazonas, configurando-se em fonte de renda para milhares de famílias que abastecem com fibras, fios e sacarias as indústrias nacionais, e faz do Amazonas o maior produtor de fibras vegetais de malva e juta do Brasil.

Atualmente, todas as atenções estão voltadas para o desmatamento, os incêndios florestais, as mudanças climáticas, o efeito estufa, a camada de ozônio, enfim, tudo o que atinge direta ou indiretamente a biodiversidade do Planeta (AGENDA, 2002). Em meio a este contexto, surge a juta no cenário mundial como fibra do futuro. É uma planta que em tudo pode ser aproveitada, a camada externa produz fibra; o caule interno é usado para a fabricação de papel; e as folhas são comestíveis (EXAME, 2022).

Essa fibra capaz de se degenerar muito mais rápido que as fibras sintéticas, pois enquanto as fibras de juta levam entre 1 a 2 anos para se decompor, as fibras sintéticas levam muito mais que isso. Portanto, a utilização dessa fibra vegetal posiciona-se num padrão ecologicamente correto, para competir num mercado com grandes vantagens. Uma dessas vantagens, talvez a mais forte, as embalagens plásticas, ao contrário da juta, considerada matéria-prima ideal para a fabricação de sacaria. Possui afinidade para corantes, capacidade de absorção de água e possibilita o controle da umidade em 12%, evitando prejuízos como o ressecamento de fermentação do conteúdo embalado (REVISTA VIAJE, 2008).

Por muito tempo, produtos como café, açúcar, batata e outros são acondicionados em embalagens plásticas. Tais embalagens podem perder um espaço grandioso para embalagens de fibra vegetal. Com 12 mil toneladas produzidas, o Amazonas foi destaque em 2007 como maior produtor dessa fibra (AMAZÔNIA, 2008). Com isso, a produção de juta no Amazonas toma um novo espaço. Através da política de sustentabilidade em desenvolvimento no Amazonas, cresce a tendência da juta para assumir esse mercado atualmente liderado pela indústria plástica (REVISTA VIAJE, 2008).

No ano de 2008, a juta ganhou espaço no mundo, precisamente na Itália, onde o executivo Luciano Cimmino, presidente de desenvolvimento de umas das maiores redes varejistas da Europa, a Yamamay, abraçou a política de desenvolvimento sustentável no Amazonas. As portas de sua empresa foram abertas para a produção de 200 mil bolsas de fibra têxtil genuinamente amazonense. Além do interesse comercial, a Yamamay doou 50 mil euros

à Fundação Amazonas Sustentável em nome da política preservacionista adotada pelo governo estadual em prol do patrimônio ecológico do Amazonas (AMAZÔNIA, 2008; REVISTA VIAJE, 2008; AGRONEGÓCIO, 2008).

A juta e a malva não têm somente a função de serem transformadas em fibras têxteis. Quando misturadas com outros materiais, tornam-se um importante fator propulsor para o uso de outros produtos oriundos dessas fibras, que são totalmente naturais e preservam o meio ambiente. É o momento perfeito para essas fibras naturais entrarem no mercado com novas alternativas e assumirem como a solução ideal para o mundo moderno. Essas novas alternativas são chamadas por Schumpeter (1961) de inovação, seja na fabricação artesanal de bolsas e pasta para papéis; na confecção de roupas e embalagens para presentes; na conservação do solo e do ambiente; ou em aplicações como o da engenharia civil, que são essenciais para o progresso da civilização (GEOJUTE, 1999).

A Índia, sendo a maior produtora mundial de fibras de juta, poderá gerar uma importante demanda como alternativa duradoura ao plástico. Eles acreditam que apenas o mercado de sacolas pode alcançar até 2,5 bilhões de euros (US\$ 3 bilhões) até 2024. A fibra de juta também tem sido protagonista das linhas de roupas de grandes estilistas indianos, como Ashish Soni e Pawan Aswani, além de aparecer em lojas de marcas de luxo como Christian Dior.

## 2.3 COTIDIANO PARINTINENSE: KOUTAKUSEI E OS RIBEIRINHOS

### JUTEIRO DA AMAZÔNIA

#### Boi Garantido

Eu sou caboclo ribeirinho  
Eu sou juteiro

Agricultor das barrancas desse rio  
Cada gota de suor nessa várzea derramada  
Vem da fibra planto fibra pra família sustentar  
Tenho fé nossa senhora que a safra vai ser boa  
Regatão trouxe a notícia que a enchente vai chegar

Sou juteiro da Amazônia  
Amazônia é meu lar  
Meu compadre planto juta pra família sustentar

Sou caboclo valente  
Morador das barrancas desse rio barrento  
Razão de vida e sustento das vidas deste lugar  
Sou agricultor diferente, só planto quando o rio ca  
E vivo da pesca quando o rio enche

Rema maria, ta forte o banzeiro  
Que ta garantido o nosso lugar  
De catirina, de índio ou vaqueiro  
Que o saldo da juta no boi vou gastar  
Rema maria, ta forte o banzeiro  
Que ta garantido o nosso lugar  
De catirina, de índio ou vaqueiro

Que o saldo da juta eu quero é gastar

Eu sou caboclo ribeirinho  
Eu sou juteiro

Agricultor das barrancas desse rio  
Cada gota de suor nessa várzea derramada  
Vem da fibra planto fibra pra família sustentar  
Tenho fé nossa senhora que a safra vai ser boa  
Regatão trouxe a noticia que a enchente vai chegar

Sou juteiro da Amazônia  
Amazônia é meu lar  
Meu compadre planto juta pra família sustentar

Rema maria, ta forte o banzeiro  
Que ta garantido o nosso lugar  
De catirina, de índio ou vaqueiro  
Que o saldo da juta no boi vou gastar

Rema maria, ta forte o banzeiro  
Que ta garantido o nosso lugar  
De catirina, de índio ou vaqueiro  
Que o saldo da juta eu quero é gastar

Composição: Paulo Medeiros / Tony Medeiros

A toada “Juteiro da Amazônia” destaca a memória viva e cultural do dia a dia do ribeirinho no Baixo Amazonas, precisamente nas comunidades de várzea pertencente a Parintins. A segunda estrofe da toada remonta ao tempo em que os cultivos da juta e da malva eram o principal meio para favorecer a economia familiar e, conseqüentemente, alavancavam a economia municipal. A quinta estrofe ressalta a oportunidade financeira que vinha com o cultivo da fibra, que não poderia ser desperdiçada, e a intensa relação com o ambiente, sendo revelado no cotidiano entre a canoa e o banzeiro do rio.

É uma característica dos parintinenses representar nas letras de suas toadas, canções folclóricas, os feitos marcados em sua história e economia, sendo a juta a mais significativa de todas. É através das toadas que são propagadas os vários discursos dentro de Parintins e da Amazônia, é também um mecanismo de reflexão da realidade do olhar de quem vive por essas terras em volta de água e floresta. A toada é um item dentro do Festival Folclórico de Parintins, pois recebe pontuação, fazendo referências à fauna, à flora, ao imaginário e à realidade do homem amazônico. Logo, utiliza-se a toada do Juteiro da Amazônia como fator de relevância para compreendermos o contexto de formação da economia de Pa

Considerando a importância da formação econômica do lugar que o Garantido, boi de pano com o coração na testa, também conhecido como boi da Promessa e boi do Povão, retrata com exuberância a celebração do seu centenário, no domingo do dia 31 de junho de 2013, exaltando os efeitos no cotidiano das pessoas com a chegada dos japoneses. Nesse contexto, o item 15, que representa um elemento dentro do festival, representada pela figura típica regional dentro de uma encenação a céu aberto, representa personagens da região amazônica como o caboclo e o índio. Esses personagens vêm retratar atividades do dia a dia do povo da Amazônia como: caça, agricultura, pesca, dentre outras atividades do contexto amazônico.

O Festival folclórico de Parintins é uma festa popular que acontece todos os anos no último final de semana do mês de junho, reconhecida como Patrimônio Cultural Brasileiro pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). O festival simboliza uma disputa a céu aberto entre as agremiações do Boi Caprichoso (azul) e do Boi Garantido (vermelho) no Bumbódromo, centro cultural de Parintins, com capacidade para 35 mil espectadores.

O boi Garantido foi criado em 1913 pelo caboclo Lindolfo Monte Verde ou mestre Lindolfo, como era conhecido. Descendente de escravos e humilde pescador, nasceu na Baixa do São José, bairro pobre, vila de pescadores mestiços e negros da remota Parintins de 1900. O nome Garantido surgiu nas batalhas de ruas, encontros entre os bois, na ilha de Parintins por volta dos anos 1920 e 1930. O boi vermelho e branco faz parte de um dos principais elementos do Festival Folclórico de Parintins, este injetando na economia R\$ 426 milhões nos anos de 2005 a 2018 e atraindo quase 700 mil turistas (AMAZONTUR, 2019).

Segundo Fernandes (2002), o Festival Folclórico trouxe muitas mudanças em Parintins, uma delas foi a dinamização do setor de serviços, com a construção de novos hotéis e melhoria nas infraestruturas do que já haviam. Além disso, a infraestrutura urbana recebeu melhorias, embora parciais, houve recuperação de praças, ampliação das redes de telefonia móvel e outras áreas que contribuíram para atender o fluxo de turistas no Festival. Essas mudanças ocorrem desde a década de 80, sendo reflexo da dimensão adquirida pela festa dos bumbás. Com isso, surgiram interesse em empresas para patrocinar, o que proporciona um marketing cultural e maior investimento do Governo do Estado do Amazonas.

Conforme dados do Departamento de Estatísticas da Empresa Estadual de Turismo do Amazonas – AMAZONTUR (2022) e da Prefeitura municipal de Parintins (2022) foram investidos R\$ 100 milhões na economia do município, que é o principal motor da economia local. O festival deixou de ser realizado durante dois anos, em razão da pandemia do Covid-19,

porém, com o avanço da vacinação e a queda nos indicadores de novos casos e mortes pela doença, o evento aconteceu nos dias 24, 25 e 26 de junho de 2022.

De acordo com AMAZONTUR (2023), o 56º Festival Folclórico de Parintins, no ano de 2023, movimentará a economia de Parintins em aproximadamente R\$ 120 milhões, pois a estimativa é de um aumento de 10% no público do festival, com crescimento de 200% nas vendas durante os dias do festival, que será realizado de 30 de junho a 2 de julho. Atualmente, o festival é a principal fonte de arrecadação, com o turismo dos bois bumbás de Parintins (Figura 2), conforme imagem abaixo.

**Figura 2:** Boi Bumbá Caprichoso e Boi Bumbá Garantido



Fonte: AMAZONTUR, 2023

As imagens retratam a figura do Boi-Bumbá Caprichoso e do Boi-Bumbá Garantido, donos do Festival de Parintins. É importante explicitar que os bois-bumbás atuam na compreensão de sua história, na abordagem dinâmica da memória, pois preserva a herança de sua construção econômica, social e cultural de sua população, retratada em suas toadas. Para Cardoso (2013), as toadas expressam a linguagem, a música e a cultura de Parintins. É a forma encontrada pelos compositores locais de cantarem as belezas, a história e a cultura do povo parintinense, principalmente dando destaque aos itens dentro do Festival.

Diante disso, o item 15 do festival, figura típica regional, trouxe a figura do juteiro. Esse novo habitante das várzeas de Parintins surgiu a partir da oportunidade de trabalho oferecida

pelos imigrantes japoneses com o plantio da juta, o primeiro empreendimento agrícola propriamente dito da região (NOGUEIRA, 1984), seguido da pimenta-do-reino, no estado do Pará. A juta e o juteiro são considerados importantes e esto estão presentes no Brasão de Parintins:

**Figura 3:** Brasão de Parintins



Fonte: Cidade-Brasil, 2022

O Brasão de Parintins representa a identidade de sua região, por isso em seus desenhos encontramos o ramo de juta e o juteiro, que simbolizam um tempo de mudanças econômicas e sociais, com o cultivo e a expansão de suas várzeas, área considerada férteis. As terras de várzea são limitadas pela terra firme e o pelo Rio Amazonas e, por sofrerem as subidas cíclicas do rio, contém grande quantidade dos ricos nutrientes cálcio e fósforo, aproveitados nas plantações (BENTES; ROLIM, 2005).

As terras propícias ao plantio no Estado do Amazonas são divididas em duas zonas:

(1) a várzea, terras periodicamente inundadas que correspondem a apenas 9% das áreas agrícolas no Amazonas, e a (2) terra firme, áreas que não são afetadas pela subida e descida das águas dos rios, correspondentes aos demais 91% das áreas agrícolas. Normalmente, as áreas de várzea ficam expostas nos meses de julho a novembro, o que permite que essas terras sejam utilizadas para a agricultura. As significativas diferenças de precipitação entre as estações chuvosa e seca sujeita o rio Amazonas a grandes flutuações em seu nível, que atinge um máximo em maio/junho (SOUZA, 2010).

Nesse contexto, o desenvolvimento e importância da população de um determinado lugar ou região depende das oportunidades que são oferecidas, agregando meios sustentáveis de produções na concepção da vida comunitária e expansão de nivelamento, que parte dos diversos setores que estimulam a sobrevivência das pessoas nos aspectos humanos, sociais, culturais e econômicos, auxiliando na manutenção da dignidade e garantia do sustento, existência e permanência em seu torrão (ROMERIO, 2012).

Ao traçar o símbolo do brasão de Parintins, olhamos para o passado e remontamos as marcas vivenciadas e suas transformações dentro do município. A juta foi o principal sustento econômico durante quatro décadas, entre 1940 e 1970. Parintins chegou a contar com fábricas de jutas, sendo a principal a Fabriljuta. Essas fábricas chegaram a contar com dez prensas (também chamadas de usinas), tendo cada uma delas, em média, cerca de 100 trabalhadores fabris, o que dinamizava a economia local (GONÇALVES, 2012). Essas décadas trouxeram fortalecimento em todos os segmentos da economia local, principalmente visibilidade ao labor incansável dos imigrantes japoneses e todos os milhares de trabalhadores no cultivo de juta Amazônica.

### **2.3.1 Os Ribeirinhos e os Koutakusseis**

A primeira turma de imigrantes japoneses chegou ao estado do Amazonas no dia 02 de janeiro de 1930 (HOMMA, 2007). Essa turma de imigrantes dirigiu-se para Maués, onde se dedicaram ao cultivo do guaraná. Entretanto, em 1941, uma epidemia de malária devastou muitas famílias, fazendo com que esses japoneses saíssem de Maués e se dirigissem para a colônia japonesa de Parintins.

Entretanto, antes da chegada desses japoneses em Parintins já havia outros colonos: os koutakusseis. Koutakusseis eram jovens com idade entre 19 e 20 anos, estudantes de agronomia da escola Superior de Emigração do Japão, provenientes de famílias de classe média, que

vinham para o Brasil no intuito de se fixarem na Amazônia. Para isso, faziam no Japão um juramento de permanecerem no Brasil.

O município de Parintins recebeu, oficialmente, a segunda turma vinda ao Amazonas no dia 20 de junho de 1931. Eram em torno de 43 japoneses que estudavam na Escola Superior de Colonização exclusivamente para o estado do Amazonas chamados de Koutakusse. Uma vinda planejada e composta por sete técnicos, um instrutor e trinta e cinco graduados. Todo planejamento da vinda dos japoneses a Parintins teve responsabilidade de Tsukasa Uetsuka, um político influente no Japão, sendo deputado no Congresso Nacional nos períodos de 1920- 1924, 1928-1930, 1932-1936 e 1946-1953 (HOMMA et al., 2011).

O Médio Amazonas é a principal área de cultura da juta e é nessa área que tem convergido regiões longínquas, ligadas outrora ao extrativismo florestal, A primeira reportagem do Correio Paulistano do dia 26 de junho de 1908 mostra a boa impressão que os japoneses causaram ao chegarem aqui:

São muito dóceis e sociáveis, tendo manifestado uma grande vontade de aprender a nossa língua, e no refeitório não deixam cair um grão de arroz ou uma colher de caldo. Depois de cada refeição (que dura de uma e meia a duas horas), o pavimento do salão está como antes delia. Os dormitórios quase não precisam ser varridos, mal se encontrando de longe em longe um pedacinho de papel ou um phosphoro queimado, que algumas vezes são dos serventes da hospedaria. Nas mil e cem malas que trouxeram, a alfândega não encontrou um único objeto nas condições de pagar imposto, embora a conferência tenha sido feita com todo o rigor e durado quase dois dias inteiros. Os empregados da alfândega declaram que nunca viram gente que tenha, com tanta ordem e com tanta calma, assistido à conferência de suas bagagens, e nem uma só vez foram apanhados em mentira. Si esta gente, que é toda de trabalho, for neste o que é no asseio, (nunca veio pela imigração gente tão asseada), na ordem e na docilidade, a riqueza paulista terá no japonês um elemento de produção que nada deixará a desejar (CEHIB, 1992, p. 68).

As várzeas são faixas estreitas que acompanham o curso do rio Amazonas e de seus afluentes, sujeitos a inundações anuais. Em decorrência dessas inundações são solos de elevada fertilidade, que representam 6% da superfície da Amazônia Legal.

### **2.3.2 Produção de Juta: Comunidades Rurais**

O Projeto Koutaku ficou marcado pela sua grande envergadura, trazendo mais de 10 mil famílias japonesas para trabalharem com a produção de juta e residirem em moradias na Vila Amazônica. Os imigrantes, com seus costumes, tradições, crenças e alimentação diferenciada, trouxeram não somente mudanças viavelmente econômica para a região

denominada Colônia Modelo Andirá, mas também novidades em vários setores, como por exemplo cultura e alimentação. Segundo Ferreira (2016), a presença dos Koutakusseis chamou a atenção não somente da população de Parintins quanto de todos por onde passavam. O autor relata o seguinte:

[...] é interessante o impacto que deve ter causado na pacata cidade de Parintins da primeira metade do século 20 a vinda de mais de duas centenas de rapazes, a maioria solteiros, fazendo ginástica ao amanhecer, trabalhando pesadamente na derrubada e no preparo das áreas a serem cultivadas e com disciplina militar (FERREIRA, 2016, p. XX).

A Imigração japonesa trouxe grandes mudanças no cotidiano da população de Parintins. Uma dessas mudanças foi o consumo de arroz, que mudou os hábitos alimentares da população local. Podemos visualizar esse período através das tabelas 1 a 6, em nenhuma delas aparece a produção de arroz, como produto de consumo ou como ciclo econômico na região.

Outra mudança foi a permanência do cultivo da juta, agora associada a malva. A produção dessas fibras acontece de forma tímida. Segundo o IDAM (2023) nos anos de 2014, 2015, 2016 e 2017, houve uma estabilidade de 90 a 96 toneladas do produto. Nos anos anteriores sua produção era a baixa devido à falta de incentivos maiores

### 3 ARTESANATO METODOLÓGICO

A palavra artesanato aqui descrita dentro do subtítulo da metodologia, vai muito além de planejamentos e técnicas de pesquisa, é parte ativa e criadora de cultura intelectual e material, sendo movida pela arte do saber e do fazer, influenciada pelo ambiente, pela cultura e pelas tradições locais (POUSADA, 2005). Por isso, o objeto de trabalho do artesão intelectual é expresso através do texto dissertativo como símbolo de conhecimento adquirido e acumulado no decorrer da pesquisa. Artesanato intelectual representa, assim, um trabalho metucioso que alude ao ofício do artesão, sendo a pesquisa científica o resultado, o produto desse artesanato (WRIGHT MILLS, 1980).

No sentido de conferir o objeto trabalhado, é necessário um desenho metodológico para se ter o mapeamento de tudo que é refletido e produzido. Para isso, leva-se em consideração o objetivo geral desse trabalho, cuja pesquisa é do tipo documental, com abordagens mistas. Pois, trazemos alguns documentos, datados de 1917 a 1921, da Mesa de Renda do Município de Parintins, que abrem possibilidades de diálogos com o contexto histórico e atual do município, nos permitindo ver com mais clareza as mudanças ocorridas no véis social, político e econômico com a presença da imigração japonesa.

A pesquisa documental cria possibilidades de compreender uma dada realidade, não em sua concretização imediata, mas de forma indireta, por meio da análise de documentos produzidos pelo homem a seu respeito (MENDES; FARIAS; NÓBREGA-THERRIEN, 2011). Esse processo ocorre na construção dos dados, quando se recorre a análise de distintos documentos, sejam eles digitalizados ou impressos, textos acadêmicos, livros, documentos governamentais, não governamentais ou privados, fotografias, pinturas, dentre outros documentos que podem ser definidos resumidamente como um registro de um evento ou processo (MCCULLOCH, 2011).

Com as abordagens mistas na pesquisa, Creswell (2007) afirma que a pesquisa de métodos mistos é uma abordagem de investigação que combina ou associa as formas qualitativa e quantitativa. A escolha pelo método misto repousa no conceito do autor citado, pois a pesquisa abre possibilidades de técnicas e combinações analiticamente desejáveis no material que está sendo pesquisado. Na aplicação dos instrumentos, dentro do método escolhido, opta-se pela utilização de registros bibliográficos; folhas hemográficas e registro de páginas eletrônicas.

- Folhas Hemerográficas

As folhas hemerográficas são instrumentos ricos em registros de acontecimentos vividos e expressos em documentos que trazem recortes de jornais e revistas, com notícias de

pessoas que fizeram e fazem parte de um determinado período do saber histórico. Para Luca (2008), a variedade de fonte imprensa é enorme e suas possibilidades de pesquisas são amplas e variadas. Assim, o uso de folhas hemorográficas como recurso de técnica metodológica abre possibilidades de contribuir para os avanços de historiografia da produção de juta e malva em Parintins – AM.

- Registros Bibliográficos

As bases de dados bibliográficos são registros organizados e publicados que incluem teses, dissertações, livros, capítulos de livros, publicações governamentais e legais, não governamentais, privados, registros que podem ser multidisciplinares ou específicos, referências, textos completos, dentre outros.

- Páginas Eletrônicas

Os avanços tecnológicos facilitaram o acesso a outros instrumentos de pesquisa documental muito poderoso. É o caso das bibliotecas eletrônicas, produto do processamento eletrônico de dados. Assim, através da Internet, se pode revisar e analisar uma grande quantidade de informações que foram digitalizadas e armazenadas nos diferentes bancos de dados eletrônicos. Os motores de busca direcionados para diferentes sites onde se pode localizar essas informações.

- Tabelas, Quadros e Gráficos

O intuito é apresentar dados visualmente para melhor compreensão das informações apresentadas nos resultados.

### 3.1 LOCAL DA PESQUISA

O município pesquisado foi Parintins (FIG. 04). Um município brasileiro no interior do Estado do Amazonas, na Região Norte do Brasil. Possui uma área territorial de 5.956,047 km<sup>2</sup> e situa-se na 9<sup>a</sup> sub-região, no baixo Amazonas (IBGE,2020). É o segundo município mais populoso do Estado, com população estimada de 116.439 habitantes, conforme estimativas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, em 2021. De acordo com registros do último censo (IBGE, 2010), sua população está dividida em 69.890 na área urbana e 32.143 na área rural, totalizando uma população de 102.33 habitantes.

**Figura 4** - Vista aérea (leste para oeste) da cidade de Parintins



**Fonte:** [www.ojornaldailha.com](http://www.ojornaldailha.com)

Parintins está localizada na margem esquerda do rio Amazonas 368,80 km em linha reta da capital Manaus, a cidade foi fundada em uma ilha chamada de Tupinambarana, significa tupi não verdadeiro. Como muitos municípios brasileiros, Parintins foi habitada por indígenas, onde viviam os índios tupinambás, que de acordo com Cerqua (2009), a palavra Tupinambá tem o significado de homem viril, um homem forte.

A cidade de Parintins configura-se como uma cidade de porte médio, localizada na margem direita do Rio Amazonas e distante 368,80 km, em linha reta e 420 km por via fluvial, da capital do Estado do Amazonas, que é Manaus. Essa distância equivale a 18 horas descendo e 24 horas subindo o rio Amazonas, se a viagem for feita em barcos regionais. Por via aérea, o tempo estimado é de 55 minuto, partindo de Manaus.

## 4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

### 4.1 AS EXPORTAÇÕES DE PARINTINS NO INÍCIO DO SÉCULO XX

Antes da vinda dos japoneses, Parintins teve um desenvolvimento tardio, em relação a capital Manaus. Sua descoberta se deu pela exploração portuguesa, devido à grande extensão da ilha, que se sobressaía à margem direita do rio Amazonas, habitada pelas tribos Sapupeis Maués (BITTECOURT, 2001; SAUNIER, 2003).

A cidade de Parintins passou por vários ciclos econômicos, as várzeas da região de Parintins estavam associadas ao cultivo semiextrativo do cacau, que é identificado como primeiro ciclo econômico do município (BITTENCOURT, 2001; HOMMA, 2007), como identificado na Tabela 02.

**Tabela 2:** Demonstração da receita dos gêneros exportados em 1917

UNIDADE	QUANTIDADE	QUALIDADE	VALORES	
			Official	Imposto
<i>Kilos</i>	3.339	Borracha fina . . . . .	17.106\$900	2.266\$0334
“	11.878	Sernamby . . . . .	32.260\$630	4.839\$092
<i>Hectolitros</i>	5.22	Castanha . . . . .	106.017\$808	15.902\$671
<i>Kilos</i>	8.189	Guaraná . . . . .	55.524\$000	5.552\$400
“	613.975	Cacáo . . . . .	425.103\$600	21.255\$180
“	183.681	Pirarucú . . . . .	178.116\$700	17.811\$670
“	1.063	Couros de veado . . . .	1.456\$800	145\$680
“	15	“ “ capivara . .	60\$000	6\$000
“	250	Caferana . . . . .	75\$000	7\$500
“	1.778	Cumarú .	1.342\$400	134\$240
<i>Palmas</i>	10, <sup>80</sup>	Tóros de itaúba	6\$480	\$648
<i>Kilos</i>	5.992	Oleo de copahyba	9.587\$200	958\$720
“	4.425, <sup>5</sup>	Couros de Boi	4.846\$800	484\$680
“	700	Muyrapuama	7.000\$000	70\$000
“	15	Azeite vegetal	7\$500	\$750
“	170	Peixe salgado	119\$000	11\$900
<i>Lata</i>	1	Mixira	16\$000	1\$600
<i>Kilos</i>	20	Pelle de cobra	8\$000	\$800
“	153	Carne salgada	107\$100	10\$710
				<b>69.760\$276</b>

Fonte: Bitencourt (2001); Parintins, (2011)

Como arcabouço histórico a Tabela 2 aponta o cacau como primeiro ciclo econômico de Parintins demonstrado nas suas receitas entre os anos de 1917, sinalizando um grande peso

na economia da cidade. Observa-se que a primazia da agricultura do cacau nas várzeas de Parintins respondia por mais da metade do valor de exportação. Essa atividade econômica empregou mão de obra indígena e escrava negra africana, tornando o município um grande centro de lavoura, pois o cacau se desenvolve melhor nas várzeas de rios ricos em sedimentos, é possível conjecturar que tenha sido não só coletado como cultivado, aproveitando as ricas várzeas do rio Amazonas. (BITTENCOURT, 2001; SANTOS, 1980).

**Tabela 3:** Demonstração dos gêneros exportados em 1918

UNIDADE	QUANTIDADE	QUALIDADE	VALORES	
			Official	Imposto
<i>Kilos</i>	3.800	Borracha fina	13.205\$000	528\$200
“	250	Sernamby	497\$500	19\$900
“	2.868	Borracha fina	10.004\$440	1.000\$900
“	7.656	Sernamby	16.060\$910	1.606\$091
“	22.511	Caucho	48.173\$540	4.817\$354
“	44	Caucho	44\$000	4\$400
<i>Hectolitros</i>	944	Castanha	23.762\$530	2.851\$502
<i>Kilos</i>	210.674	Pirarucú	247.552\$100	24.755\$210
“	263.434	Cacáo	156.301\$200	7.815\$060
“	3.509	Guaraná	32.825\$000	1.641\$250
“	7.284	Oleo de copahyba	15.996\$200	1.599\$620
“	275	Cumarú	230\$400	23\$040
“	90	Caferana	90\$000	9\$000
“	100	Abutua	100\$000	10\$000
“	1.450	Muyrapuama	435\$000	43\$500
“	15	Huiscima	3\$000	\$300
“	60	Sebo	36\$000	3\$600
“	10.315	Couros	11.000\$200	1.650\$050
<i>Metros</i>	536,80	Taboas de cedro	214\$720	21\$471
“	400	Vassoura de cipó	90\$000	9\$000
				<b>48.408\$972</b>

Fonte: Bitencourt (2001); Parintins, (2011)

Outro produto em destaque é o pirarucu (Tabela 3), tornou-se um produto de grande exportação de Parintins durante os anos de 1918, suplantando todos os demais e constituindo-se o produto que mais canalizava impostos para o Amazonas no início do século XX (SAUNIER, 2003). Sua pesca é significativa até hoje, sendo este peixe uma das principais atrações gastronômicas da cidade de Parintins.

**Tabela 4:** Demonstração dos gêneros exportados em 1920

<i>Unidade</i>	<b>Quantidade</b>	<b>Qualidade</b>	<b>Valores</b>	
			Oficial	Imposto
<i>Kilos</i>	3.728	Borracha fina .. .. .	9.595\$370	959\$537
“	3.910	Sernamby. .. .. .	7.385\$660	738\$566
“	42	“ de caucho. ..	77\$700	7\$770
“	47	Caucho.....	65\$800	6\$580
<i>Hectol.</i>	487, <sup>5</sup>	Castanha .....	27.272\$470	3.272\$692
“	84	“ de sapucaia ..	4.090\$000	490\$800
<i>Kilos</i>	144.590	Pirarucú . . . . .	165.705\$200	16.570\$520
“	122.076	cacaó . . . . .	114.224\$780	5.711\$236
“	2.141	Guaraná . . . . .	19.349\$000	967\$450
“	5.699	Oleo de copahyba. ...	9.969\$300	996\$930
“	2.954	Cumarú.. . . . .	4.536\$400	453\$640
<i>Grammas</i>	2.450	Plumas de garça .. . . .	2.450\$000	245\$000
<i>Kilos</i>	290	Grude de peixe.. ..	290\$000	29\$000
“	65	Caferana .. . . . .	32\$500	3\$250
“	1.232	Couros de veado .. . . .	4.702\$400	705\$360
“	10.146	“ “ boi .. .. .	14.740\$500	2.211\$070
“	2	“ “ lontra .. .. .	8\$000	1\$200
<i>Cabeça</i>	118	Gado vacuum .. .. .	-	590\$000
“	20	“ de outra espécie ..	-	41\$000
<i>Metros</i>	21	Taboas de cedro .. .. .	52\$500	5\$250
				34.006\$851

**Fonte:** Bitencourt (2001); Parintins, (2011)

Outros produtos foram sendo agregados a economia, além do cacau e pirarucu, tais como castanha, e guaraná, entre outros, evidenciam a conexão comercial ente o interior e a cidade, apresentados na Tabela 4 (BECKER e LIMA, 2013). É nesse momento que vemos o processo de produção enquanto cidade.

**Tabela 5:** Demonstração dos gêneros exportados em 1921

UNIDADE	QUANTIDADE	QUALIDADE	VALORES	
			Official	Imposto
<i>Kilos</i>	402	Sernamby. . . . .	342\$900	34\$290
<i>Hectol.</i>	1.834	Castanha . . . . .	79.397\$210	7.939\$921
<i>Kilos</i>	130.146	Pirarucú . . . . .	113.367\$800	11.336\$780
“	173.756	Cacaó . . . . .	108.716\$860	5.435\$841
“	300	Guaraná. . . . .	2.700\$000	270\$000
“	4.779, <sup>5</sup>	Couros . . . . .	4.039\$100	403\$910
“	4.159	Oleo de copahyba . . .	6.421\$300	642\$130
“	200	Muyrapuama . . . . .	200\$000	20\$000
“	400	Manacá . . . . .	120\$000	12\$000
“	200	Abutua . . . . .	60\$000	6\$000
“	4.499	Cumarú . . . . .	3.149\$300	314\$930
“	40	Salsa . . . . .	80\$000	8\$000
<i>Grammas</i>	2.290	Plumas de garça . . . . .	2 350\$000	235\$000
<i>Cabeça</i>	9	Gado vaccum . . . . .	-	85\$000
“	2	“ de outra especie	-	4\$000
				26.747\$602

Fonte: Bitencourt (2001); Parintins, (2011)

Nas Tabelas 2, 3, 4 e 5 vemos na passagem do século XIX para o XX, Parintins se firmava como um polo comercial importante no Médio e Baixo Amazonas. Seus mercados abrigavam uma diversidade de produtos para vender, tais como: cacau, tabaco, café, farinha de mandioca, pirarucu, castanha, guaraná, sernamby, borracha fina, óleo de copayba, muyapuama e couro de boi (BITTENCOURT, 1924). A expansão das fazendas de gado também tornou a cidade um importante centro criador e exportador de carnes e produtos afins à pecuária bovina. Os ingressos econômicos provenientes das plantações e 256 beneficiamentos da juta, ao lado dos dividendos obtidos pela indústria de produção de sacos e as atividades portuárias, acresceram o produto interno local.

#### 4.3 A PRODUÇÃO DE JUTA E MALVA

A cultura da juta, apesar de exótica, foi rapidamente democratizada pelos ribeirinhos e a presença japonesa na agricultura no Amazonas não chegou a se consolidar em um polo agrícola, a exemplo do Pará, com a lavoura da pimenta-do-reino e na fruticultura (HOMMA, 2007). Mas tornou-se uma das principais atividades econômicas das populações ribeirinhas da Região Amazônica, sendo um fator fundamental da fixação de mais de 50 mil famílias no

campo.

A lavoura da juta e malva teve um grande desenvolvimento devido ao fato de ter se tornado uma opção lucrativa no meio rural, onde é desenvolvida. Apesar de serem produzidas também nos estados do Pará e Maranhão, é no Amazonas que ocorre a maior produção.

Essas fibras possuem importância econômica e social muito grande para o estado do Amazonas. Traduz-se principalmente na arrecadação tributária que ela gera de suas exportações, que segundo CODEMA (1966), a juta e produtos derivados contribuíram em 1965 com 34,4% do total das exportações do Estado. Ainda esse mesmo órgão afirma que essas fibras e seus derivados foram responsáveis por 12% da arrecadação tributária do Estado no ano de 1966.

Bonfim (1968) afirma que cerca de 80.000 pequenos estabelecimentos de produtores estavam engajados na cultura fibrosa na região do Amazonas. Isto significa que em torno de 40.000 pessoas diretamente ligadas a produção da fibra e outras 40.000 pessoas nas fases de prensagem e industrialização delas.

Representaram por muito tempo um fator significativo de fixação demográfica, agregação de renda e formação de comunidades. Envolvendo recursos humanos de todos os níveis culturais, mantiveram-se diretamente na estrutura de produção e comercialização de seus setores de fibras e manufaturados. Essas pessoas viviam distribuídas numa área de 858,465 Km<sup>2</sup> nas várzeas do rio Purus, Madeira, Solimões e Amazonas, com uma população total de 535.236 habitantes (IFIBRAM,1984).

Segundo Fagundes (2002), em 2001 importou-se cerca de 11.012,5 toneladas de fibras para suprir a demanda interna. Nesse mesmo período, a oferta brasileira de fibras foi de 10.420 toneladas ou de 49% do total do mercado interno que era de aproximadamente de 21.436 toneladas, entretanto, a demanda interna para o uso industrial e artesanal foi de 18.500 toneladas, que mostra um excedente de aproximadamente de 2.936 toneladas, bem menos que as 4.070 toneladas divulgadas pela (CONAB, 2021).

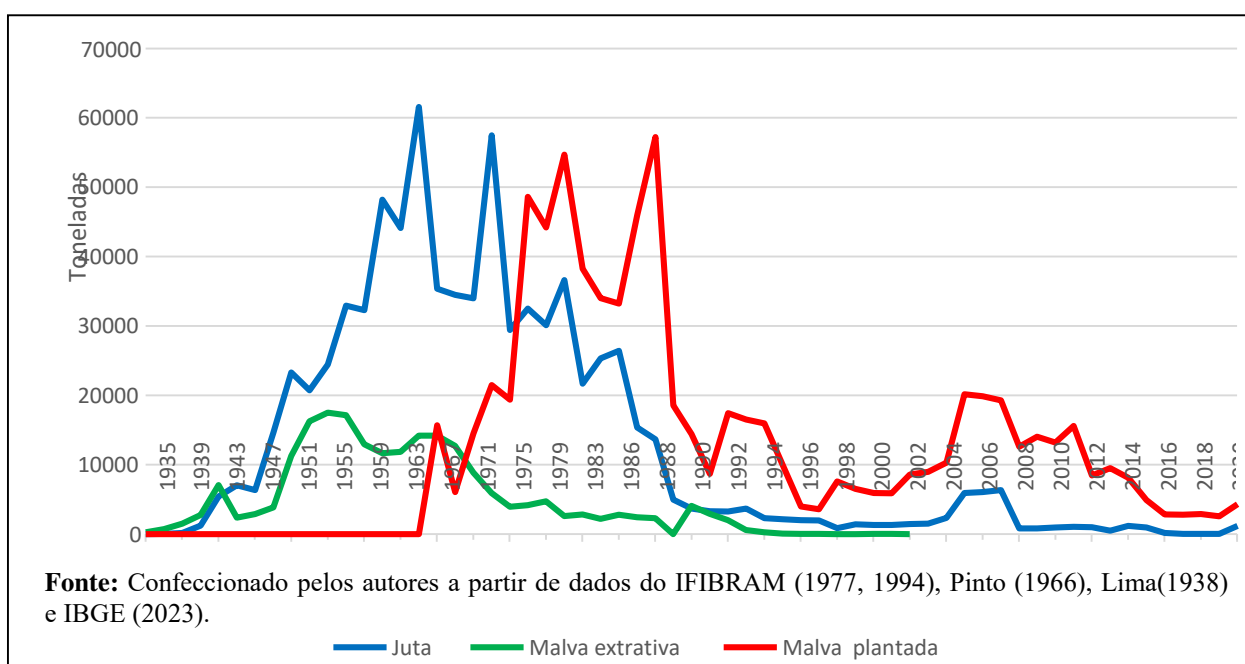
Em 2002, a oferta de fibra foi de 16.953 toneladas, sendo que a importação representou 3.900 toneladas (23%) e a participação brasileira foi de aproximadamente 13.003 toneladas ou 77% do total da oferta. Por sua vez, a demanda estimada pela CONAB foi de 19.000 toneladas, o que indica não um excedente de 3.082 toneladas divulgadas por esta companhia, mas sim um déficit de 2.097 toneladas no ano de 2002. Pelos cálculos da Assessoria de Economia da SEPROR, o excedente de 2003 não foi de 12.084 toneladas, mas cerca de 6.905 toneladas. Assim, em 2004 as estimativas da SEPLAM superestimam o excedente de 2003 e mantiveram a mesma demanda industrial e artesanal de 22.000 toneladas (quadro 1).

**Tabela 6:** Mercado Interno: demanda e oferta de Juta e Malva – 2002/04, em toneladas

	ITENS	2001	2002	2003	2004
<b>OFERTA</b>	Estoque Inicial	3.247	2.936	(-) 2.047	6.955
	Produção Nacional	7.177	10.067	17.216 <sup>2</sup>	23.000
	Importação	11.013	3.949	13.786	2.000
	<b>TOTAL DA OFERTA</b>	21.437	16.953	28.955	31.955
<b>DEMANDA</b>	Consumo Industrial e Artesanal	18.500	19.000	22.000	22.000
	<b>EXCEDENTE OU DÉFICIT</b>	2.937	(-) 2.047	6.955	9.555

Fonte: SEPROR, 2021

De acordo com IBGE (2021), no ano de 2020, o Brasil produziu cerca de 5.513 toneladas de juta e malva. Sendo que 4.822 toneladas foram produzidas somente no Estado do Amazonas. A razão desse crescimento na produção dessas fibras corresponde ao crescimento mundial de preservação ao meio ambiente e alternativa socioeconômica, considerada uma das principais estratégias de fortalecimento da agricultura familiar (ARAUJO, 2012)

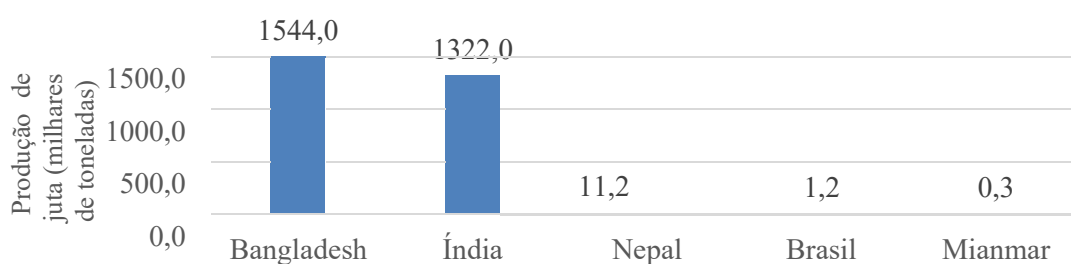
**Figura 5:** Produção de juta e malva na Amazônia (1935-2020)

A fibra de malva atingiu o dobro da produção e, em 1983, o triplo, conforme pode ser

observado na figura 8. A malva, constituiu-se na maior inovação tecnológica de produção de fibras na Amazônia. Especificamente no nordeste paraense, o plantio da malva deixou de ser uma atividade dependente de estoques extrativos, passando a acompanhar as áreas de fronteira agrícola e integrando-se ao conjunto de atividades desenvolvidas pelo pequeno produtor (HOMMA, 1989; SAWYER, 1979).

O Brasil se destaca como um dos principais produtores de fibras de juta em todo mundo entre 2019/2020 (em 1.000 toneladas), como é apresentado na Figura 4:

**Figura 6:** Produção mundial de juta entre 2019/2020 (em 1.000 toneladas)

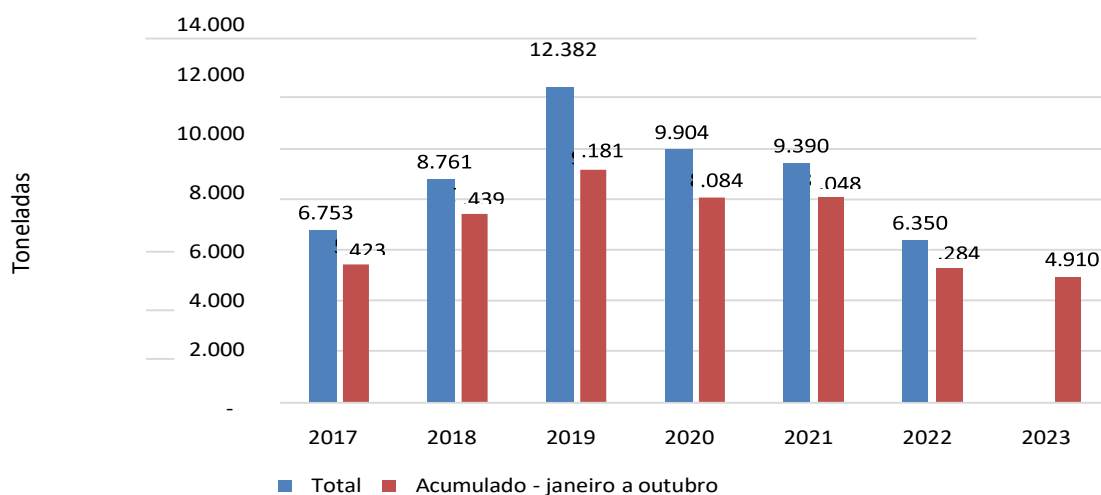


**Fonte:** (FAO - FOOD AND AGRICULTURAL ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS, 2022)

O Amazonas importa juta de Bangladesh, produtor mundial da fibra de juta, pois a baixa produção local de fibras de malva e juta no Estado, uma vez que não é capaz de atender o setor industrial, que além da produção de sacarias pode ser utilizada no setor automobilístico, com justificativa de que o mercado das indústrias amazonenses possui uma demanda aproximada de 12 mil toneladas por ano, porém para safra 2013/2014 sua produção não foi superior a 4,5 mil toneladas da matéria-prima, abrindo o mercado para importações da fibra de juta, após recorrer a estoques de safras passadas.

Em 2023, o acumulado dos dez primeiros meses, a importação de juta somou 4,9 mil toneladas, o que representa uma queda de 7,1% na comparação com igual período do ano passado (gráfico 1). A queda do dólar no Brasil contribuiu para o aumento da importação no primeiro semestre de 2023, mas esse cenário se inverteu com o recuo expressivo da importação no terceiro trimestre deste ano.

Atualmente as importação de jutavem sofrendo muitas mudandas, os a nos anos de 2020, 2021 e 2022, influenciada pelo cenário econômico adverso à demanda no contexto da pandemia do Covid-19, conflito bélico entre Rússia e Ucrânia e pressão inflacionária, comco demonstrados nos gráficos a seguir .

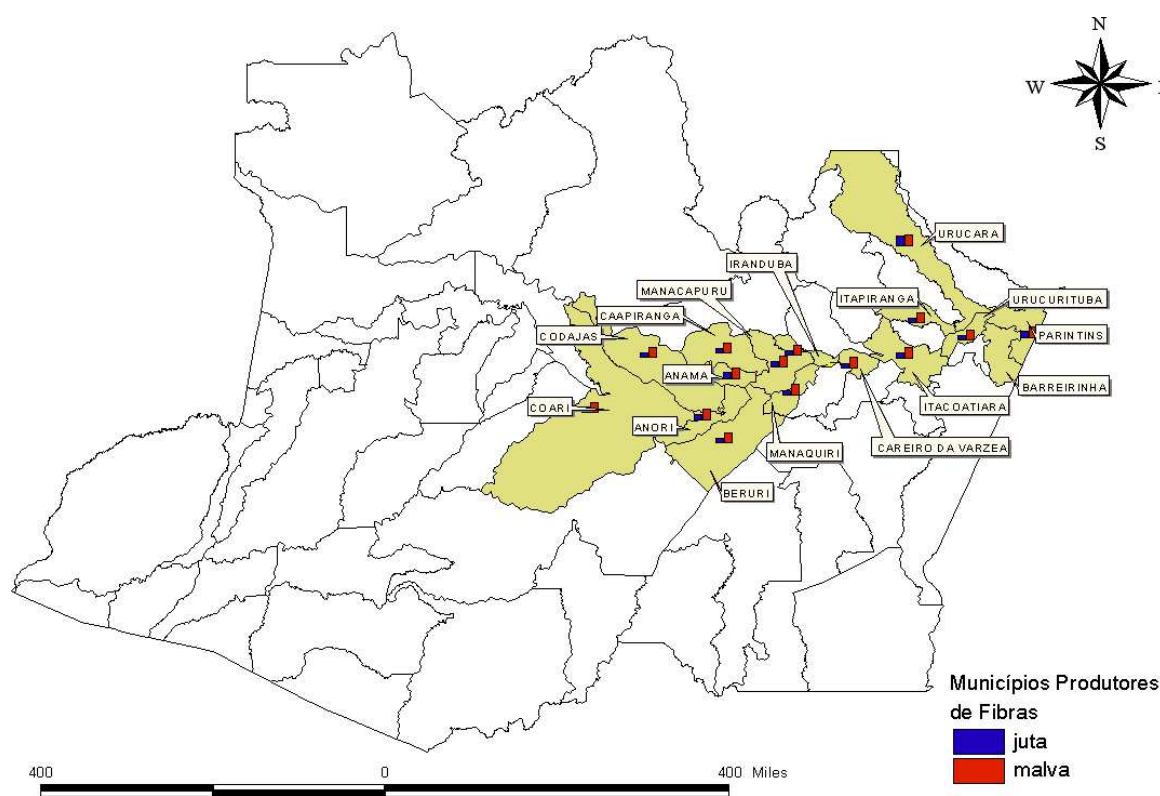
**Figura 7** – Importação brasileira de juta em peso

**Fonte:** Sistema Comex Stat/DIC – CONAB, 2023

Segundo a CONAB (2023) a importação de juta no acumulado dos dez primeiros meses de 2023 custou ao Brasil cerca de US\$ 5,5 milhões, o que corresponde a uma queda de 15,5% em relação a igual período do ano passado. No acumulado dos dez primeiros meses de 2023, o Brasil importou juta de oito países, mas Bangladesh se destaca com uma participação de 93,7% nas importações brasileiras. Entre os principais produtos importados, a fibra de juta se destaca, seguida de fios de juta, simples ou retorcido.

Segundo o IBGE (2021) seu principal produtor é o Estado do Amazonas, dando destaque para 16 municípios: Anamá, Anori, Barreirinha, Beruri, Caapiranga, Careiro da Várzea, Coari, Codajás, Iranduba, Itacoatiara, Itapiranga, Manacapuru, Manaquiri, Parintins, Urucará e Urucurituba. Esses municípios estão localizados na região conhecida como a calha dos rios Amazonas e Solimões.

**Figura 8** - Localização da produção de fibras de juta e malva nos municípios do Estado do Amazonas



Fonte: <http://www.sds.am.gov.br/>

No município de Parintins as comunidades rurais que se destacam no cultivo da juta e malva são: Costa da Águia, Paraná do Arari, Mocambo do Arari, São José do Arquinho, Ilha do Bispo, Região do Cabury, Costa da Águia, Vila Bentes, Brasília, Catispera, Paraná do Espírito Santo, Itaboraí, Ilha do Macaiany, Paraná do Jacaré e Ilha do Valha-me-Deus. Elas trabalham através de cooperativas.

**Tabela 7** - Quantidade aproximada da produção de Juta e Malva por ano em Parintins

<b>ANO</b>	<b>QUANTIDADE EM TONELADAS (T)</b>
<b>2013</b>	78
<b>2014</b>	90 ~96
<b>2015</b>	96 ~96
<b>2016</b>	96 ~96
<b>2017</b>	96 ~96
<b>2018</b>	120
<b>2019</b>	120
<b>2020</b>	200
<b>2021</b>	100

**Fonte:** IDAM, 2022

Segundos os dados da Tabela 8, a produção de juta e malva em Parintins não é tão expressiva como nos anos de 1937 a 1942. Parintins tem procurado retomar sua produção junto ao Governo do Estado do Amazonas, como identificamos que em 2013 foram comprados pelas empresas 78 toneladas de fibras, 2014, 2015, 2016 e 2017, houve estabilização de 90 a 96 toneladas do produto, 2018 e 2019 a produção foi de 120 toneladas, em 2020 atingiu a marca da 200 toneladas, no ano de 2021, esperava-se em aumentar ou pelos menos manter a quantidade de tonelada, mas por causa da enchente, caiu para 120 tonelada, o mesmo que está acontecendo com a safra de 2022, que havia sido prevista para produzir 300 toneladas, no entanto, por causa da enchente, a previsão é para que esta atinja aproximadamente 150 toneladas de fibras.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A produção de juta e malva por décadas alavancou a economia das famílias interioranas principalmente da área de várzeas do município de Parintins. O referido trabalho concluiu sua investigação demonstrando através de documentos que por meio do trabalho reconhecemos as fibras naturais de juta e malva se constituem como uma das possibilidades viáveis ecologicamente ao aquecimento econômico para todo o estado do Amazonas. Essas fibras vegetais são recursos renováveis por excelência, pois absorvem a mesma quantidade de dióxido de carbono que produzem.

As fibras de juta e malva tem um potencial no mercado internacional e são fibras que não agridem o meio ambiente, são consideradas recursos renováveis, que absorvem a mesma quantidade de dióxido de carbono que produzem e durante seu processamento, geram resíduos essencialmente orgânico. As fibras como juta, malva, fibra de bananeira, coco e entre outras fibras existentes, constituem materiais sustentáveis. Essas fibras apresentam uma série de vantagens sobre as fibras de origem sintética, por serem de baixo custo, bastante resistente, porém, de fácil degradação, não sendo abrasivas e nem tóxicas.

A entrada da imigração japonesa em Parintins, trouxeram grandes mudanças, econômicas e sociais. Os japoneses ajudaram diretamente na urbanização de Parintins e Vila Amazônia, com a construção de um hospital, uma escola, um templo para reuniões, olarias, serrarias, armazéns e casas. Com este desenvolvimento, o porto de Vila Amazônia ganhou importância e ficou mais movimentado (SOUZA, 2011, p. 130).

Porém, pela falta de investimentos em políticas públicas e tecnologia o processo de trabalho ribeirinho continua braçal, o plantio em pequena escala prossegue de forma remota, apenas na prática da capacidade do cidadão rural, assim como o corte, lavagem, secagem, embalagem e descarrego do produto no município que perpassa pela condição do próprio agricultor,

Atualmente Parintins possui sua estrutura econômica baseada principalmente no setor agropastoril, onde inúmeras famílias desenvolvem a agricultura como principal instrumento de geração de renda. de acordo com dados do instituto de desenvolvimento agropecuário do Estado do Amazonas (IDAM, 2022) dentre os produtos agrícolas mais produzidos e comercializados estão, a mandioca, macaxeira, banana, abacaxi melancia, pimenta de cheiro, jerimum, maxixe, cheiro verde (composição de três espécies de hortaliças; cebolinha, coentro e chicória), e couve.

Uma nova frente econômica desponta em Parintins, o turismo, que bem poderia gerar outro surto econômico. Desta feita um surto urbano e baseado na cultura local. A cidade guarda valores de sua tradição folclórica que a transformaram em um núcleo artístico popular e geraram até uma diferenciação do seu espaço numa forma de bipolarização entre os adeptos do boi vermelho (Boi Garantido), de um lado, e do azul (Boi Caprichoso), do outro. Sua festa anual, o Festival Folclórico de Parintins, iniciado em 1966, é a principal responsável pela atração turística que a cidade desperta em todo o mundo. Mas, ainda, o turismo arqueológico para a Serra da Valéria e o turismo em outras épocas do ano em geral associado a festividades – como o Carna Ilha, as Pastorinhas etc. Além de atender a certas demandas locais com a implantação de infraestrutura, o turismo também projetou Parintins, dando à cidade uma nova posição no contexto estadual,

## REFERÊNCIAS

AGENDA 21 BRASILEIRA – **Ações Prioritárias/Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável e da Agenda 21 Nacional**. 2002.

ALBERTI, Verena. **Histórias dentro da História**. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes Histórias: Contexto*, 2005, p.155.

AMAZONAS, Associação Koutaku do. **A saga dos koutakuseis no Amazonas: Uma história de pioneirismo, sofrimento, perseverança e sucesso**. Manaus: Editora Amazon Koutakukai, 2011.

**AMAZÔNIA EM DESTAQUE**. Disponível em:  
<http://planetasustentavel.abril.com.br/acesso> em: 15 junho de 2021.

APANB – Associação Pan-Amazônia Nipo-Brasileira. **70 anos de imigração japonesa na Amazônia**. Maruoka, Y. (Org). Tradução s/d. São Paulo: Topan-Press. 2001.

Associação Koutaku do Amazonas. **Registros da vinda japonesa ao Amazonas**. Manaus, Amazonas, 2022.

AZIZE, Elizabeth. **E Deus Chorou Sobre o Rio**. Editora Valer, 3ª edição. Manaus, 2019.

BASA. **Desenvolvimento Econômico da Amazônia**. Belém: Universidade Federal do Pará, 1966.

BANSAL, S.; RAMACHANDRAN, M.; RAICHURKARA, P. **Comparative analysis of bamboo using jute and coir fiber reinforced polymeric composites**. *Materials Today: proceedings*, v. 4, p. 3182 – 3187, 2017.

BECKER, B. e LIMA, A. **Surtos e Ciclos Econômicos de Parintins (AM): Condicionantes à sua Organização Sócio-espacial e Estruturação Urbana**. In: *Espaço Aberto*, PPGG - UFRJ, V. 3, N.1, p. 77-100, 2013

BRASIL. Legislação Informatizada - **Decreto nº 9.081, de 3 de Novembro de 1911** – Republicação. Câmara dos Deputados. Disponível em:  
<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-9081-3-novembro-1911-523578republicacao102836pe.html#:~:text=2%C2%BA%20deste%20decreto.,ser%C3%A3o%20obrigadas%20a%20repartrial%2Ddos>. Acessado em: 23 de mai. 2022.

BENCHIMOL, Samuel. **Amazônia: um pouco-antes e além depois**. 2ª ed. Manaus. EDUA, 2010.

\_\_\_\_\_. **Depressão, Débâcle e Bancarrota. Texto inédito sobre a crise da borracha**. Manaus, 1994. (Texto inédito). Disponível em:  
<http://modulos.benchimol.com.br/html>. Acesso em 01 jun. 2022. 7p.

BENTES, D. S.; ROLIM, A. R. **O Amazonas no Brasil e no Mundo**. Manaus: Mens'sana,

2005.

BISARIA, H. et al. **Effect of fibre length on mechanical properties of randomly oriented short jute fibre reinforced epoxy composite**. Materials Today: proceedings, v. 2, p.1193 – 1199, 2015.

BITTENCOURT, Antônio C.R. **Memória do Município de Parintins: estudos históricos sobre a sua origem e desenvolvimento moral e material**. Manaus: Livraria Palais Royal, 1924.

BRANDÃO, E. B. **Malva e Juta: a microeconomia verde do Amazonas**. 2012. Disponível em: <<http://www.administradores.com.br/artigos/economia-e-financas/malva-e-juta-a-microeconomia-verde-do-amazonas/64134/>>. Acesso em: 19 junh. 2021.

BURKE, Peter. **O que é história cultural?** Tradução: Sérgio Goes de Paula. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

CEHIB (Comissão de Elaboração da História dos 80 anos da Imigração Japonesa no Brasil). **Uma epopéia moderna: 80 anos da imigração japonesa no Brasil**. São Paulo: HUCITEC, 1992.

CERQUA, Dom Arcângelo. **Clarões de fé no médio Amazonas**. 2. Ed. Manaus: ProGraf – Gráfica e editora, 2009.

CHAVES, Maria do Perpétuo Socorro Rodrigues. **Uma experiência de pesquisa-ação para gestão comunitária de tecnologias apropriadas na Amazônia: O Estudo de Caso do Assentamento de Reforma Agrária Iporá**. 2001. 207 f. Tese (Doutorado) - Curso de PósGraduação em Política Científica e Tecnológica, Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.

CRESWELL, John. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. Porto Alegre: Artmed, 2007.

DIAS, E. M. **A ilusão do fausto**: Manaus, 1890-1920. Manaus: Valer, 1999, p.19.

DOE. Diário Oficial do Estado do Amazonas. DECRETO N.º 44.503, DE 02 DE SETEMBRO DE 2021 - **Regulamenta** a concessão de subvenção econômica de produtores de juta e malva, com respaldo na Lei n.º 2.611, de 04 de julho de 2000, e dá outras providências. Disponível em: [file:///C:/Users/mar\\_p/Downloads/diario\\_am\\_2021-09-02\\_completo.pdf](file:///C:/Users/mar_p/Downloads/diario_am_2021-09-02_completo.pdf). Acessado em 27 de nov. 2023.

EXAME. **Índia quer transformar fibra natural de juta em alternativa ao plástico**. Revista Eletrônica, Brasil. Disponível em: <https://exame.com/esg/india-quer-transformar-fibra-natural-de-juta-em-alternativa-ao-plastico/> Acesso em: 18 de mar. 2022.

FAO 2009. Artigo: **Lançado oficialmente o Ano Internacional das Fibras Naturais 2009**. Disponível em: <https://www.fao.org/news/story/pt/item/9825/icode/>. Acesso em: 05 de março de 2022.

FERREIRA, Aldenor da Silva. **Fios dourados dos trópicos: culturas, histórias, singularidades e possibilidades (juta e malva - Brasil e Índia)**. 488 f. Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP, 2016.

GENTIL, J. M. L. **A juta na agricultura de várzea na área de Santarém – médio Amazonas**. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi: Antropologia, V. 4, n. 2, p. 118 – 199, dez. 1988.

HOMMA, Alfredo Kingo Oyama. **A imigração japonesa na Amazônia: sua contribuição ao desenvolvimento agrícola** / Alfredo Kingo Oyama Homma. – Belém, PA: Embrapa Amazônia Oriental: FIEPA, 2007.

\_\_\_\_\_. **A imigração japonesa no Estado do Amazonas: a expansão da juta no médio e baixo Solimões**. In: Witkoski, A.C.; Ferreira, A.S.; Homma, A.K.O.; Fraxe, T.J.P. (Orgs.). *A cultura de juta e malva na Amazônia Ocidental: sementes de uma nova racionalidade ambiental?* São Paulo: Editora Annablume, 2010.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2022. **Biblioteca, Catálogo - Juta**. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=41920>. Acesso em: 05 de março de 2022.

IDAM. Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas. **Incentivo à produção de Juta e Malva**. Disponível em: <http://www.idam.am.gov.br/incentivo-a-producao-de-malva-e-juta-e-pauta-de-reuniao-em-manacapuru/#:~:text=Segundo%20dados%20do%20Instituto%20de,do%20estado%2C%20co m%204.042%20toneladas>. Acesso em 05 de março de 2022.

IPEN. Instituto de Pesquisa e Experimentação Agropecuárias do Norte. **Circular nº13**. Belém, Pará, 1968.

JAHAN, M.S. et al. **Chemical characteristics of ribbon retted jute and its effect on pulping and papermaking properties**. *Industrial Crops and Products*, v. 84, p. 116 – 120, 2016.

LUCA, Tania Regina de. **História dos, nos e por meio dos periódicos**. In: PINSKY, Carla Bassanezi. (Org.). *Fontes históricas*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2008.

MARGEM, Jean Igor. **Estudo das características estruturais e propriedades de compósitos poliméricos reforçados com fibras de malva**. Tese (Doutorado em Engenharia de Materiais). Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro - UENF, Campos do Goytacazes, RJ, 2013.

McCULLOCH, Gary. **Historical and documentary research in education**. In: COHEN, Louis; MANION, Lawrence; MORRISON, Keith. *Research methods in education*. 7. ed. London: Routledge, 2011. p. 248-255.

MELO, Hugo Levy da Silva. **O ensino das ciências e os saberes vividos: um estudo do ensino a partir do currículo da Escola Ribeirinha de Várzea no município de**

**Parintins/AM.** Dissertação (Mestrado Acadêmico em Educação em Ciências na Amazonia) – Universidade do Estado do Amazonas, 2016 p. 19.

MENDES, Emanoela Therezinha Bessa; FARIAS, Isabel Maria Sabino de; NÓBREGA-THERRIEN, Silvia Maria. **Trabalhando com materiais diversos e exercitando o domínio da leitura: a pesquisa bibliográfica e a pesquisa documental.** In: NÓBREGA-THERRIEN, Silvia Maria; FARIAS, Isabel Maria Sabino de; NUNES, João Batista Carvalho. Pesquisa científica para iniciantes: caminhando no labirinto. v. 3. Fortaleza: UECE, 2011. p. 25-42.

MENDONÇA, Maria Silvia de; FRANÇA, José Ferreira; OLIVEIRA, Andréia Barroncas de; PRATA, Ressiliane Ribeiro; AÑEZ, Rogério Benedito da Silva. **Etnobotânica e o Saber Tradicional.** Comunidades ribeirinhas amazônicas: modos de vida e uso dos recursos naturais / organizadores Therezinha de Jesus Pinto Fraxe, Henrique dos Santos Pereira, Antônio Carlos Witkoski, - Manaus: EDUA, 2007, p. 94.

MESQUITA, O. M. de. **Manaus História e Arquitetura (1852-1910).** Manaus: Valer. 1999.

MIRANDA, Daniel Santos de. “Cultura” (O humano) “e” (A diversidade) “Alimentação” (A educação). In MIRANDA, Danilo Santos de; CORNELLI, Gabriele (orgs.). **Cultura e Alimentação: Saberes alimentares e sabores culturais.** São Paulo: SESC, 176 p., 2007. P. 7- 14.

MUTO, Reiko. **O Japão na Amazônia:** condicionantes para fixação e mobilidade dos imigrantes japoneses (1929-2009). Dissertação de (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Belém, 2010.

NDL. **As Reminiscências de Sakae Ochi, líder do primeiro grupo de estudantes da Escola Superior de Colonização.** Disponível em: [www.ndl.go.jp/brasil/text/t064.html#SECTION\\_4](http://www.ndl.go.jp/brasil/text/t064.html#SECTION_4). As reminiscências de Yuechi Sakae, de 1º ano de Takataku, | 100 anos de imigração brasileira (ndl.go.jp). Acessado em 04 de maio 2022.

NOGUEIRA, A.R.B.; **Percepção e representação gráfica:** A “geograficidade” nos mapas mentais dos comandantes de embarcações no Amazonas. 1 ed. Manaus: EDUA, 2014. V.1. 222p

PENTEADO, A. R. **Problemas de colonização e de uso da terra na região Bragantina do Estado do Pará.** Belém, PA: UFPa, 1967. 2 v. (Coleção Amazônica. Série José Veríssimo).

RAMESH, M.; PALANIKUMAR, K.; REDDY, K. H. **Plant fibre based bio-composites: Sustainable and renewable green materials.** Renewable and Sustainable Energy Reviews, v. 79, p. 558 – 584, 2017.

RELATÓRIO Anual da Comissão de Financiamento da Produção. Brasília, DF, 1979. 543 p.

REVISTA **Viaje pelo Amazonas.** Manaus, AM. Ed. SDS/Aoverno do Estado do Amazonas, 2008. p. 33.

RIBEIRO, Aline. **Caracterização e aplicação de compósito de fibra de juta em sistema de revestimento cerâmico em fachada ventilada**. 157 f. Dissertação (mestrado) - Universidade do Extremo Sul de Santa Catarina - UNESC, SC, 2018. Disponível em: <http://repositorio.unesc.net/handle/1/6271>. Acesso em 05 de março de 2022.

SANTOS, Roberto. **História Econômica da Amazônia: 1800-1920**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1980, p. 290.

SANTOS, M. **Por uma geografia Nova: da crítica da Geografia a uma nova crítica**. São Paulo: Edusp, 2004, p. 173.

SARGES, Maria de Nazaré. **Belém: riquezas produzindo a Belle Époque**. 3. ed. Belém: Paka-Tatu, 2010.

SEC - Secretaria de Estado e Cultura do Amazonas. **Teatro Amazonas**. Governo do Estado do Amazonas. Secretaria de Cultura e Economia Criativa. Espaços Culturais. Disponível em: <https://cultura.am.gov.br/portal/teatro-amazonas/> Acessado em: 01 de jun. 2022.

SEPROR - Secretaria do Estado de Produção Rural. Relatórios. **Safra 2019/2020**. Manaus, Amazonas, Brasil, 2022.

SOARES, Karol Gillet. **As formas de morar na Belém da Belle Époque (1870- 1910)**. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Pará, Instituto de filosofia e Ciências Humanas, programa de Pósgraduação em História Social d amazônia. Belém, 2008

SOUZA, José Camilo Ramos de. **Parintins: uma ilha urbanizada**. Manaus, 1998. 60 f. (Monografia do Bacharelado em Geografia) – Instituto de Ciências Humanas e Letras – Departamento de Geografia, Universidade Federal do Amazonas. Manaus, 1998.

THEATRODAPAZ. **O Teatro da Paz**. Belém, Pará. Brasil. Disponível em: <https://theatrodapaz.com.br/sobre/>. Acessado em 01 de jun. 2022.

TOPIK, Steven. **The world coffee market in the eighteenth and nineteenth centuries, from colonial to national regimes**. In: Paper presented at the first GEHN Conference, Bankside, London (2003) funded by a Leverhulme Trust Grant: A millennium of material progress.op. cit., p. 19-20. Disponível em: <https://www.lse.ac.uk/Economic-History/Assets/Documents/Research/GEHN/GEHNWP04ST.pdf>. Acessado em: 19. maio 2022.

TOSI, Pedro Geraldo Saadi; FALEIROS, Rogério Naques. O Café no Brasil: Produção e Mercado Mundial na primeira metade do século XX. XII Congresso Brasileiro de História Econômica & 13ª Conferência Internacional de História de Empresas. Niterói, 2017.

Disponível em:

<https://www.abphe.org.br/uploads/ABPHE%202017/41%20O%20Caf%C3%A9%20no%20Brasil%20Produ%C3%A7%C3%A3o%20e%20Mercado%20Mundial%20na%20primeira%20metade%20do%20s%C3%A9culo%20XX.pdf>. Acessado em: 19. maio 2022.

UCHIGASAKI, Minoru. **O Processo Político e Econômico Brasil-Japão de Imigração e Colonização de Japoneses no Estado do Amazonas na Primeira Metade do Século XX**.

Tese (Doutorado em Sociedade e Cultura na Amazônia) – Universidade do Federal do Amazonas, Brasil, p.146.

UNITED NATIONS ENVIRONMENT PROGRAMME. **Towards a green economy: pathways to sustainable development and poverty eradication.** S. l.: Unep, 2011.

VALVERDE, O.; DIAS, C. V. **A rodovia Belém-Brasília.** Rio de Janeiro: IBGE, 1967. 350 p. (IBGE Série A. Biblioteca Geográfica Brasileira. Publicação, 22).  
<https://cultura.am.gov.br/portal/teatro-amazonas/>

ZHAO-TIE, L. ; YANI, Y. ; GANI, Y. ; LILI, Z. ; PING, S. ; ZHONG-WEN, L. ; JIAN, L. ; HEPING, X. ; YUANDE, P. ; SHOUWEI, T. ; **A green route to prepare cellulose acetate particle from ramie fiber,** Reactive and Functional Polymers, v. 67(2), p. 104-112. 2007.

WRIGHT MILLS, C. **A imaginação sociológica.** Rio de Janeiro: Zahar, 1980.